

Fabiano Moura de Moura



SEPARAÇÃO DE CASAL: Entre a Satisfação Conjugal e a Separação Judicial

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

Porto, 2019

Fabiano Moura de Moura



**SEPARAÇÃO DE CASAL: Entre a Satisfação Conjugal e a Separação
Judicial**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

Porto, 2019

Fabiano Moura de Moura

Assinatura: _____

SEPARAÇÃO DE CASAL: Entre a Satisfação Conjugal e a Separação Judicial

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Cunha.

Resumo

O presente estudo busca analisar por que as pessoas insatisfeitas com a relação conjugal permanecem casadas ou permanecem casadas por mais de seis meses e se separam.

No referencial teórico, para responder a esse questionamento buscou-se, em dois capítulos, analisar o casamento e a separação. No primeiro capítulo foi possível discorrer sobre os conceitos de casal, família e casamento, analisando-se mais pormenorizadamente a perspectiva psicológica do casal, a história da psicoterapia do casal e a terapia comportamental do casal. No que diz respeito ao segundo capítulo, analisa-se a separação, a intimidade do casal, a satisfação e insatisfação da relação, as causas que permeiam essa separação, a busca pela identidade do casal e vários modelos terapêuticos.

No que tange à pesquisa empírica, essa contou com uma amostra de conveniência composta por seis casais que foram divididos em dois grupos. O primeiro trata-se de três casais que se sentem insatisfeitos e permaneceram casados mesmo assim. Já o segundo grupo tem três casais que, após meses de insatisfação no relacionamento, resolveram se separar. Esses casais cumpriram os critérios estabelecidos na investigação e após o aceite foram feitas as entrevistas com eles.

Diante do resultado das entrevistas, foi possível verificar a diferença entre os casais que fazem parte do mesmo grupo e a influência que a família tem na relação e na decisão de manter a relação ou de se separarem.

Palavras-chave: Insatisfação Conjugal; Satisfação Conjugal; Separação.

Abstract

The present study seeks to analyze why people who are dissatisfied with their marital relationship remain married or remain married for more than six months and separate.

In the theoretical framework, in order to answer this question, we sought, in two chapters, to analyze marriage and separation. In the first chapter it was possible to discuss the concepts of couple, family and marriage, analyzing in more detail the couple's psychological perspective, the history of the couple's psychotherapy and the couple's behavioral therapy. With regard to the second chapter, the separation, the intimacy of the couple, the satisfaction and dissatisfaction of the relationship, the causes that permeate this separation, the search for the couple's identity and various therapeutic models are analyzed.

Regarding the empirical research, this included a convenience sample composed of six couples that were divided into two groups. The first is three couples who feel dissatisfied and remain married anyway. Already the second group has three couples who, after months of dissatisfaction in the relationship, decided to separate. These couples met the criteria established in the investigation and after acceptance were interviewed with them.

Given the results of the interviews, it was possible to verify the difference between the couples that are part of the same group and the influence that the family has on the relationship and the decision to maintain the relationship or to separate.

Keywords: Marital Dissatisfaction; Marital Satisfaction; Separation.

DEDICATÓRIA

À Karina, minha esposa, minha companheira de todas as horas e partícipe de meu esforço para que este trabalho fosse concluído.

Aos meus filhos e aos meus pacientes. Aos filhos, como testemunho de que é pela via do conhecimento que se faz a diferença na própria vida e na vida de muitos. Aos meus pacientes, destinatários maiores do meu saber e do meu compromisso em promover o bem.

AGRADECIMENTOS

A Deus por seu imenso amor.

À minha esposa Karina, por toda cumplicidade e ternura.

Aos meus pais. Seus exemplos me guiam.

Aos meus filhos, irmãos, sobrinhos e sogra, por todo afeto que fundamenta minha vida.

Ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Cunha, pelo seu humanismo e dedicação a este trabalho. Nele está a sensibilidade de Pessoa e, assim, o ensino se faz poesia.

Ao povo português pelo acolhimento recebido e, de forma especial, aos professores que, mais do que conhecimento, transmitiram afetos na Universidade de Fernando Pessoa.

A todos que, direta e indiretamente, construíram a realização deste sonho, o meu sincero agradecimento.

ÍNDICE

| | |
|--|------|
| Resumo | V |
| Abstract | VI |
| Dedicatória | VII |
| Agradecimentos | VIII |
| Lista de abreviaturas e siglas | XII |
| Introdução | 1 |
| PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 4 |
| CAPÍTULO I – Casamento | 5 |
| 1.1. Algumas definições de casal | 5 |
| 1.1.1. Conceituações sobre casal | 5 |
| 1.1.2 Casal, família e casamento | 8 |
| 1.2. Perspetiva psicológica do casal | 10 |
| 1.3. História da psicoterapia do casal | 13 |
| 1.3.1. A fase do aconselhamento na psicoterapia de casal | 14 |
| 1.3.2. A fase psicanalítica na psicoterapia de casal | 15 |
| 1.3.3. A fase sistêmica na psicoterapia de casal | 16 |
| 1.3.4. A quarta fase na psicoterapia de casal | 17 |
| 1.4. Terapia comportamental do casal | 18 |
| 1.4.1. A intimidade do casal: satisfação e harmonia | 21 |
| CAPÍTULO II – A separação | 25 |
| 2.1. A intimidade do casal: conflitos e insatisfação | 25 |
| 2.2. Entre a satisfação e a insatisfação do casal | 27 |
| 2.2.1. Conceituações sobre a satisfação e a insatisfação | 27 |
| 2.2.2. Algumas classificações, modelos e escalas de satisfação e insatisfação .. | 30 |
| 2.3. As causas da insatisfação | 33 |
| 2.4. O doloroso processo da dissolução matrimonial | 37 |
| 2.5. A busca pela reconstrução da identidade do cônjuge | 40 |
| 2.6. Modelos terapêuticos | 43 |
| 2.6.1. Abordagem sistêmica | 43 |
| 2.6.2. Abordagem em Psicodrama | 45 |
| 2.6.3. Abordagem pela Psicanálise | 47 |

| | |
|---|-----------|
| PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO | 50 |
| CAPÍTULO III - Método | 51 |
| 3.1. Introdução | 51 |
| 3.2. Objectivos..... | 51 |
| 3.3. Questões de Investigação | 52 |
| 3.4. Amostra, Instrumentos e Procedimentos | 53 |
| 3.4.1. Participantes | 53 |
| 3.4.2. Critérios de Inclusão:..... | 53 |
| 3.4.3. Critérios de Exclusão: | 53 |
| 3.4.4. Caracterização da Amostra..... | 54 |
| 3.5. Instrumento utilizado na investigação..... | 54 |
| 3.5.1. Entrevista Clínica (EC) | 54 |
| 3.6. Procedimentos | 55 |
| 3.7. Análise e Discussão de Resultados..... | 57 |
| 3.7.1. Resultados provenientes da Entrevista Clínica (EC) | 57 |
| 3.7.2. Pessoas Casadas Insatisfeitas com a relação | 57 |
| 3.7.2.1. Interpretação dos resultados obtidos com o casal C1 | 57 |
| 3.7.2.2. Interpretação dos resultados com o casal C2..... | 61 |
| 3.7.2.3. Interpretação dos resultados com o casal C3..... | 63 |
| 3.7.3. Pessoas Separadas que permaneceram insatisfeitas com a relação por mais de 6 meses..... | 66 |
| 3.7.3.1. Interpretação dos resultados com o casal C4..... | 66 |
| 3.7.3.2. Interpretação dos resultados com o casal C5..... | 69 |
| 3.7.3.3. Interpretação dos resultados com o casal C6..... | 70 |
| Conclusões | 72 |
| Referências | 80 |
| ANEXOS | 88 |
| Anexo A – Parecer da Comissão de Ética..... | 89 |
| Anexo B – Declaração do Professor..... | 91 |
| Anexo C – Solicitação para Investigação..... | 93 |
| Anexo D - Autorização para a Investigação | 95 |
| Anexo E – Termo de Consentimento Livre Esclarecido..... | 97 |
| Anexo F– Questionário..... | 99 |

Lista de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos casais participantes | 54 |
| Tabela 2. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C1 | 58 |
| Tabela 3. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C2 | 61 |
| Tabela 4. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C3 | 63 |
| Tabela 5. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C4 | 66 |
| Tabela 6. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C5 | 69 |
| Tabela 7. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C6 | 70 |

Lista de abreviaturas e siglas

| | |
|----|--------------------|
| C1 | Casal 1 (A e B) |
| C2 | Casal 2 (C e D) |
| C3 | Casal 3 (E e F) |
| C4 | Casal 4 (G e H) |
| C5 | Casal 5 (I e J) |
| C6 | Casal 6 (K e L) |
| EC | Entrevista Clínica |
| TC | Terapia de Casal |

Introdução

Considera-se que o casamento é um vínculo jurídico revestido de formalidades específicas pelas quais duas pessoas unem-se maritalmente. Vários estudos, ao longo da história, de autores como Luz & Mosmann (2018); Fleury & Abdo (2016); Féres-Carneiro & Diniz-Neto (2008b), têm como objeto a instituição do casamento e suas transformações como fenômeno social e psicológico. A validade do casamento vincula-se na manifestação livre de vontade dos nubentes. Entretanto, a permanência nesse estado civil nem sempre é lastreada numa satisfação.

Entre insatisfações e satisfações, dor e prazer, vantagens e desvantagens, perdas e ganhos, estabelece-se e se organiza a fundamentação de permanecer ou não em companhia de outra pessoa. Machado (2007, p. 34) refere que “uma pessoa que obtenha mais ganhos que perdas pessoais de seu relacionamento, ou seja, uma pessoa com baixa exigência pode ser considerada satisfeita com sua relação amorosa. Ao contrário, quando uma pessoa percebe que recebe muito menos do que ela doa para a relação sentir-se-á insatisfeita com a mesma”.

É preciso entender o fenômeno ocorrente e assim aproximar-se de atualizada compreensão do que justifica ou não, para os cônjuges, a continuidade do vínculo apesar de suas insatisfações.

O casamento, ao longo da história, tem sofrido profundas modificações conceituais. O propósito de duas pessoas se unirem maritalmente e permanecerem casadas tem sofrido, no tempo, a interferência de muitas variáveis de ordem cultural, sociológica, psicológica, entre outras.

Nesse sentido, a atualização dos estudos mostra-se pertinente, tendo como base o discurso dos casais que vivenciam a permanência ou não em um casamento que não traz

a eles a satisfação. Para tanto, faz-se necessário refletir sobre o limite da tolerância, sobre a compreensão da relação e as perdas e ganhos advindas da decisão de permanecer casado ou não; e os valores que estão envolvidos que são os: religiosos, familiares, econômicos, financeiros, morais, sexuais etc.

Para tanto, essa investigação tem como objectivo geral: Analisar por que as pessoas insatisfeitas com a relação conjugal permanecem casadas ou permaneceram casadas por mais de seis meses. E os objectivos específicos: 1. Analisar o perfil das pessoas que continuam casadas e/ou passaram mais de seis meses casadas e insatisfeitas com a relação conjugal. 2. Diagnosticar a insatisfação da relação conjugal dos casais que ainda permanecem casados; 3. Analisar as representações quanto às perdas e aos ganhos insatisfeitos com a relação conjugal; 4. Averiguar as consequências dessa insatisfação; 5. Analisar como as pessoas fundamentam as suas decisões de separarem-se ou permanecerem casadas apesar das insatisfações.

O tema desta dissertação torna-se importante para a ciência que busca esclarecer sobre o comportamento dos indivíduos para promoção da saúde pessoal e social. Para buscar responder aos questionamentos propostos, este trabalho de investigação teve como metodologia a pesquisa exploratória que, de acordo com Charoux (2006), busca aprofundar ao máximo sob a temática investigada.

Já o enfoque foi qualitativo, o qual, segundo Sampieri, Collado & Lúcio (2013), traz ao pesquisador elementos importantes que contribuirão para a compreensão do contexto dos participantes.

O estudo envolveu 6 (seis) casais. Os critérios da escolha desses participantes ocorreram com aqueles que fazem acompanhamento psicológico em uma Clínica particular de João Pessoa/Paraíba, entre os quais, três casais permanecem casados e três

casais passaram mais de seis meses casados e insatisfeitos com a relação e depois separaram-se.

Como instrumento de investigação, foi utilizado um guião de entrevista semiestruturada, em profundidade e de questões abertas, elaborado especificamente para essa pesquisa com base nos referenciais teóricos sobre a temática nos objectivos definidos para a investigação. Foram abordados nas entrevistas os aspetos dos casamentos dos participantes que envolveram as insatisfações e razões que os fazem romper ou mantê-lo. Além das perguntas, as entrevistas foram gravadas em áudio de modo a ser possível realizar suas transcrições para futura análise de conteúdo.

A dissertação foi dividida em duas partes, sendo que, na primeira parte, encontra-se o enquadramento teórico e, na segunda, a metodologia. No primeiro capítulo, na fundamentação teórica se apresenta a definição de casal; a perspectiva psicológica do casal; a história da psicoterapia do casal; e a terapia comportamental do casal. No segundo capítulo, são analisados: o conceito de separação; a intimidade do casal e a satisfação e insatisfação do casal; o processo de dissolução matrimonial e a busca pela reconstrução matrimonial e os vários modelos terapêuticos.

Na segunda parte do trabalho, é efetuada a metodologia utilizada na pesquisa, os objectivos, a amostra, os procedimentos e a análise e discussão.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – Casamento

Pensadas as possibilidades de análise da satisfação conjugal na atualidade e as questões relacionadas à separação dos casais, como a que se pretende na presente tese, nesse capítulo são feitas inicialmente definições sobre o casal e o aprofundamento das noções que cercam a conjugalidade, em diversos pontos de vista, tais como o psicológico e o histórico. Depois é feito um apanhado teórico sobre perspectivas diversas de psicoterapia do casal e como se dariam, em sua intimidade, os fatores de união dos cônjuges. Daí pretende-se, num primeiro momento, analisar algumas perspectivas conceituais que serão parte da base de análise e de discussão dos resultados da presente tese.

1.1. Algumas definições de casal

1.1.1. Conceituações sobre casal

A necessidade de se estar com o outro é algo inerente ao ser humano, traço imperativo que começa no nascimento e é referendado ao longo da vida, sobretudo nas primeiras relações dos entes em formação (Machado, 2007). Desse processo se conformam figuras, as quais serão referências no desenvolvimento das pessoas. Essas figuras podem ser diversas ou, simplesmente, estruturarem-se como aquelas que formam um casal, tal como os pais (Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

Por esses e outros aspectos, vê-se a importância, para os seres humanos e para as sociedades, dos modos como podem ocorrer as uniões e os casamentos entre duas pessoas, pois que essa relação não só irá influenciar na configuração do ser humano, como também irá assumir caráter de instituição social (Costa & Mosmann, 2015).

Também os casamentos estão inerentemente ligados a aspectos históricos e culturais que o configuram, bem como ao instante de sua ocorrência (Alves-Silva, Scorsolini-Comin, & Santos, 2016).

O casamento tem sofrido alterações graduais de aspectos de sua configuração, levando à necessidade de se reequacionar o conceito de casal. De forma que definir casal na atualidade não é fácil, pois, essa entidade social pode assumir múltiplas formas. Adicionalmente a essa dificuldade, nela o número de pessoas que optam por viver em união de fato, em vez de casamento contratual, tem sido cada vez maior (Relvas & Alarcão, 2002).

Como afirmou Monteiro (2001), acompanhando essa evolução dos relacionamentos conjugais, e por extensão da família, é preciso colocar em evidência um dado, ao tentar delimitar o campo de definição do casal, qual seja: o obstáculo da diversidade de tipos de inserção familiar e social. Em meio as configurações possíveis entre cônjuges, encontram-se casais chefiando unidades familiares de várias estruturas, o que complica a adoção de uma conceituação unitária. Algumas vezes, a família estará centrada em torno de um progenitor somente, seja por falecimento, seja por separação do outro. Ocorrem também casais em que os progenitores são do mesmo sexo. As separações têm promovido o aumento de recasamentos e a criação de famílias transitórias. Enfim, incontáveis arranjos de convivência a dois podem ser identificados.

Ainda assim, é possível estabelecer algumas definições sobre o conceito de casal a partir da literatura sobre o tema. Tradicionalmente, o conceito aludia à união entre um homem e uma mulher (Santos, 2016). Entretanto, para Santos (2016), essa é uma ideia que tem sido reiteradamente modificada e discutida, chegando-se ao ponto de não existir diferenciação (sobretudo, em contexto terapêutico) relativamente ao sexo dos

elementos, uma vez que o foco das problemáticas existentes normalmente é comum e extensível a todos.

De forma mais ampla, portanto, um casal definir-se-ia por qualquer par de pessoas, cuja relação é amorosa e/ou sexual. Indo além, a definição do casal contemporâneo dar-se-ia pela importância crescente

que nele passou a ocupar – frente a um domínio conjugal em relativo declínio – os domínios e interesses individuais dos cônjuges, além do inédito papel assumido pela sexualidade para constituir e, depois, manter a relação conjugal. A relação de dependência que, outrora, ligava a sexualidade ao casamento foi completamente invertida: da instituição matrimonial que dava direito à atividade sexual, passou-se à troca sexual, motor interno da conjugalidade. [...] Passou-se de uma definição institucional do casal a uma definição subjetiva e intersubjetiva, que coloca a relação sexual em primeiro plano (Bozon, 2004, p. 49).

Nessa linha, mas sem exatamente ressaltar a questão da sexualidade, Prado (2017) define um casal como um par que tem uma “relação afetiva”, que tem intimidade e relacionamento sexual. Nesse ponto, a autora ressalta a questão de haver projetos em comum, para que esse par se constitua enquanto tal. E, na abertura provocada pelas mudanças nos modelos de casamento, Rosset (2004) lembra que o par pode morar junto ou não, ser ou não do mesmo sexo, ter ou não filhos, entre outras configurações e escolhas possíveis.

Monteiro (2001) compreende o casal como a menor unidade de interação social. Com bases nesses apontamentos, a presente pesquisa se assenta nas definições de Trost (1995) e Oliveira & Araújo (2010), reforçando as ideias de Monteiro (2001), segundo os quais um casal se constitui em uma díade ou um par. Uma família se forma quando um casal se casa ou quando passa a viver na mesma casa, isto é, coabitando-a, ou mesmo quando uma criança nasce e é criada por apenas um dos pais solteiros (pai ou mãe). Tal concepção põe em evidência a díade enquanto unidade mínima da família, devendo ser

constituída, pelo menos, por dois adultos ou por um adulto e uma criança. Nesse sentido, os autores sugerem, acerca da família, que nela se inserem casais que se constituíram legalmente, mediante casamento civil e/ou religioso, bem como os que optaram por morar juntos, considerando, ainda, os casais heterossexuais e homossexuais.

Tais apontamentos são importantes não só para as definições sobre o que consistiria em um casal e para a valoração de cada um dos membros da união, bem como para análise dos fatores que impactam sua integridade e/ou dissolução.

1.1.2. Casal, família e casamento

A diversidade de configuração de um casal se vê refletida nas formas de se enxergar o instituto legal da família e do casamento. Muito se tem escrito sobre essas questões, notando as mudanças legais recentes que, por exemplo, põe em evidência, nos dias atuais, a mudança de preferência, por vários casais, da instituição do casamento para o de união estável (Féres-Carneiro, Machado, Mello, & Magalhães, 2017; Reis, Brito, Simioni, Benedetti, & Neufeld, 2017).

Juridicamente, a união estável é uma forma de família espelhada no casamento, mas que não obedece a nenhuma formalidade. Para acontecer, devem-se preencher os requisitos do artigo 1.723 do Código Civil. Nele, elenca-se que tem de haver uma convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objectivo de constituição de família para que se declare esse tipo de união. Já o namoro não tem nenhuma relevância para o Direito de Família. Trata-se, apenas, de uma mera relação de fato entre pessoas, não há o objectivo de constituir família (JusBrasil, 2018).

Gonçalves (2018, p. 22) explica que

a Lei 8.971 de 1994 determinava que, para a configuração da união estável, eram necessários cinco anos de convivência. Contudo, a partir da Lei 9.278 de 1996, cujo conteúdo foi confirmado pelo Código Civil de 2002, não existe mais esse requisito. Para o reconhecimento, basta que as partes se reconheçam e ajam como marido e mulher, de forma pública e duradoura, nada impedindo que seja até mesmo por dias, sendo certo que, neste último caso, a dificuldade será a prova, caso não haja declaração das partes.

Conquanto a união estável seja um fator jurídico razoavelmente recente, em termos de direito, Alves (2007) mostrou que a entidade familiar termina por ultrapassar os limites da previsão jurídica (de casamento, de união estável e de família monoparental), compondo a todo e qualquer agrupamento de pessoas onde permeie o elemento afeto (*affectio familiae*). Por isso, o ordenamento jurídico deverá sempre reconhecer como família todo e qualquer grupo no qual os seus membros enxergam uns aos outros como seu familiar.

Por sua vertente histórica de conformação, é preciso entender a família não apenas como uma instituição de origem biológica, mas, sobretudo, um organismo com nítidos caracteres culturais e sociais. Ela está interligada com os rumos e desvios da história dela mesma. Necessário então vê-la, tal qual como o casamento, como mutável na exata medida em que mudam as estruturas e a arquitetura da própria história através dos tempos onde a história da família se confunde com a história da própria humanidade (Hirokonaka, 1999, cit in Alves, 2007).

Ainda que haja necessidade de se historicizar a família e relativizá-la legalmente, pelas recentes mudanças legais e de conformação dos casais, é importante destacar que ela se trata da *celula mater* da sociedade, do seu núcleo inicial, básico e regular (Alves, 2007). A família é um microssistema social, em que os valores de uma época são reproduzidos de modo a garantir a adequada formação do indivíduo. Equivocadamente, o Código Civil Brasileiro, por muito tempo, pretendeu controlar sua dinâmica ao impor

à sociedade um conceito único de família, prevendo que apenas o casamento poderia legitimar a formação desse ente (Zappe, Yunes, & Dell'Aglio, 2016).

1.2. Perspetiva psicológica do casal

Perlin & Diniz (2005) mostraram que o estilo de vida contemporâneo apresenta um conjunto de características contraditórias quando confrontadas com os ideais dos relacionamentos estáveis e do contrato matrimonial clássico. E grande parte de casais se assentam nessa perspetiva.

De um lado, os casais sofrem pressão para manterem valores e padrões morais tradicionais, como a efetivação do contrato matrimonial e o exercício da parentalidade. O meio familiar é valorizado como o lócus de realização de todas as expectativas emocionais e pessoais. Homens e mulheres são estimulados a adotarem modelos tradicionais de sexualidade e uma divisão rígida de papéis e funções na família de acordo com o sexo (Perlin & Diniz, 2005, p. 15).

Estes papéis são construídos na relação com história familiar e com a história social, ao passo que constituem fator psíquico de identidade de muitas pessoas (Boechat, Cabral, & de Souza, 2018). Nesse jogo, casais são forçados a adequarem-se às transformações sociais, tais como as exigências do mercado de trabalho, a valorização do crescimento individual, da independência financeira e da flexibilidade no exercício dos papéis de gênero. Desse modo,

acabam sentindo no cotidiano o peso da multiplicidade e da sobrecarga dos papéis impostos por um estilo de vida que tenta conciliar vida pessoal, conjugal, familiar e as demandas do mundo do trabalho. [...] Nesse contexto, homens e mulheres acabam exigindo de si próprios que sejam múltiplos, verdadeiros super-heróis (Perlin & Diniz, 2005, pp. 15-16).

A complexidade das mudanças nos papéis e funções sociais de homens e mulheres coloca pesquisadores das relações humanas diante da necessidade de ampliar o foco de análise das relações interpessoais para compreender os novos modelos de casamento que estão surgindo (Perlin & Diniz, 2005).

Nesse quadro, a conjugalidade aparece como ponto articulador da relação entre o casal refere-se à díade conjugal e constitui um espaço de apoio ao desenvolvimento familiar, assim, quando dois indivíduos se comprometem com uma relação estável e duradoura, complementam-se e adaptam-se reciprocamente de modo a constituir um modelo de funcionamento conjugal. Esse modelo resulta inicialmente da integração do modelo de conjugalidade construído nas famílias de origem. Daqui decorre a tarefa primordial de articulação entre individualidade e conjugalidade relativamente às heranças daquelas famílias (Pires, 2008).

A conjugalidade articula-se com a psicologia do casal na medida em que aquela

torna-se um processo de realidade comum, onde cada membro do casal reconstrói a sua realidade individual, partindo de referências comuns e de uma identidade conjugal. Cada definição do cônjuge sobre a realidade deve ser continuamente correlacionada com as definições do outro, que passa a estar presente em praticamente todos os aspectos quotidianos (Pires, 2008, p. 10).

Segundo López (2008), a conjugalidade, atualmente, pode ser entendida como a construção de um vínculo que engloba toda a existência dos cônjuges, que partem de um projeto em comum. De modo que o

casal é formado por indivíduos com diversidades de desejos e potencialidades. Muitas vezes a individualidade precisa dar espaço para a conjugalidade e isso gera restrições que colocam limites no “eu” em prol do projeto em comum. A conjugalidade abarca a totalidade da existência das pessoas envolvidas e isso a diferencia das outras relações sociais que são caracterizadas pela funcionalidade, limitando a aspectos parciais da vida humana (Coelho, 2016, p. 88).

Isso é reforçado por aspectos histórico-sociais que influenciam significativamente a dinâmica conjugal, que vem sendo caracterizada pela pluralidade dos modelos de conjugalidade em evidência. O casamento passa a ser uma escolha de cada indivíduo baseada em laços de afinidade e de proximidade (Alves-Silva et al., 2016).

Assim sendo, no sentido da análise dos constituintes da união, e para parâmetros metodológicos possíveis de análise da relação, como advertiu Ziviani (2005, p. 60), há a suposição de que o casal é um todo com três partes, formado por dois cônjuges e pela relação entre eles, o que

sugere a decomposição da variabilidade do casal de forma a se ter sempre explícita a contribuição individual de cada cônjuge para a variabilidade desse todo. Uma vez decomposta essa variabilidade, suas partes constituintes indicarão se a contribuição qualitativa de um ou do outro cônjuge é positiva ou negativa para a conjugalidade, considerada aqui como a relação entre as individualidades conjugais.

Por tal perspectiva psicológica, a questão da relação estabelecida pelo casal reaparece, tanto nas relações familiares anteriores, como nas relações dos pais e mães dos membros do casal, de sua família, isto é, na formação do sujeito (Ziviani, 2005). Minuchin (1982) ressaltou, por isso, que, na perspectiva psicológica desse percurso de manutenção da individualidade e das possibilidades de desenvolvimento pessoal, há um delicado jogo na entrega à relação, em que ambos tentam encontrar um equilíbrio entre a sua individualidade, as necessidades do outro e do exterior, entre um eu psíquico e o outro.

Na dinâmica do casal, sempre haverá em fatores sociais, seja de ordem da identificação desse casal, seja relacionado a fatores disfuncionais de manutenção da relação. De tal modo, que, muitas vezes, a união conjugal pode tornar-se uma

experiência difícil quando os conflitos, daí oriundos (Fleury & Abdo, 2016), afetam um relacionamento íntimo e não são superados, somando desencontros e suas consequências, fatos esses que são estudados por correntes da psicologia que buscam entender e ajudar na dinâmica do casal.

1.3. História da psicoterapia do casal

Como indicaram Machado, Mello, Dantas, & Moraes (2018), a delimitação do campo da psicoterapia de casal não se oferece de forma simplificada, existindo nela muitas correntes, tendências, diferentes abordagens e perspectivas que afloraram e convivem em períodos históricos e entre gerações de psicólogos simultaneamente. Além disso, a evolução das abordagens, das metodologias e das teorias não se dá de forma é linear, dificultando uma descrição definitiva da história do campo.

O surgimento da psicoterapia de casais se deu após a Segunda Guerra Mundial, momento em que a preocupação de psiquiatras, assistentes sociais e diversos profissionais centravam-se no número elevado de separações entre os cônjuges. Por conta da guerra, muitos fatores – como deslocamentos, gerando traições nas famílias e miscigenações culturais, bem como a emancipação das mulheres – estavam contribuindo para que muitos lares fossem desfeitos havendo, nessa época, necessidade de uma intervenção profissional para minimizar tais problemas (Di Osti, Sei, & Zanetti, 2016).

Entretanto,

os trabalhos de revisão parecem discordar sobre quais critérios de recorte e de importância deveriam ser considerados, na construção de uma história da Psicoterapia de Casal. Conceitualmente, portanto, diferentes origens históricas e conceituais são atribuídas à Psicoterapia de Casal, desde desdobramentos da tradição do Aconselhamento Matrimonial à

Terapia Sistêmica de Famílias, passando por aplicações da Psicanálise e da abordagem da Psicologia Comportamental e Cognitiva à situação conjugal (Maxwell, 2018, p. 45).

Congruente a Gurman e Fraenkel (2002), alguns pesquisadores (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a, 2008b) propõem dividir a história da terapia de casal em quatro fases.

1.3.1. A fase do aconselhamento na psicoterapia de casal

A primeira fase teve cerne de abordagem o aconselhamento matrimonial e se orientava por teorias psicológicas ecléticas e indiferenciadas, ocorrendo da década de trinta até aproximadamente a década de sessenta. Um primeiro momento dessa fase vai de 1929 até 1932, no denominado “estágio do pioneirismo”. Esse estágio teve marco de início a fundação dos três maiores institutos clínicos de aconselhamento matrimonial naquele período, embora já houvesse a prática pelo menos cinco anos antes. Nessa fase, predominava uma abordagem atórica de profissionais de diferentes formações (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a).

Esses pioneiros se constituíam de

um grupo mais ou menos ingênuo de profissionais, para os quais o aconselhamento matrimonial representava uma atividade auxiliar de sua principal profissão. Eram clérigos, médicos, educadores, que procuravam auxiliar, eminentemente de forma preventiva, os jovens casais a lidar com as dificuldades e ajustamentos da vida conjugal. Na maior parte das vezes, suas intervenções visavam ao esclarecimento das realidades biológicas, da vida a dois, além de fornecerem admoestações e conselhos sobre a necessidade de seguir os papéis conjugais, conforme o esperado pela sociedade (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a, p. 488).

O “estágio de consolidação”, seguinte ao anterior, foi de 1946 e 1963. Nele, ocorreu o reconhecimento oficial da profissão de conselheiro matrimonial, em 1963. Já de 1964 a 1978, no chamado “estágio de formação”, deu-se intenso crescimento,

clarificação de padrões e competências da profissão, estágio este que seria marcado como o fim do termo “aconselhamento matrimonial” (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a).

1.3.2. A fase psicanalítica na psicoterapia de casal

A segunda fase da psicoterapia de casais, a partir de Gurman & Fraenkel (2002), caracterizou-se pela aplicação do método e de teorias psicanalíticas à terapia de casal. Portanto, irá em parte se sobrepor à primeira fase e influenciar fortemente o pensamento dos teóricos de aconselhamento de casal, da década de quarenta ao final dos anos sessenta do século XX (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a, 2008b).

As contribuições do pensamento psicanalítico à psicoterapia de casal seguiram momentos distintos, segundo as tendências metodológicas e teóricas e as contribuições assimiladas. O primeiro momento, que vai da década de trinta até a década de sessenta, caracterizou-se por experimentações e pela aplicação dos princípios e técnicas psicanalíticas tradicionais à situação de tratamento do casal.

Num segundo momento, de 1960 até 1980, ocorreu uma diminuição do interesse na aplicação da psicanálise à situação conjugal. Tal fato deveu-se, entre outros fatores possíveis,

devido às críticas do próprio movimento psicanalítico ao uso da psicanálise em situações não tradicionais, e, por outro, devido ao interesse despertado pelo movimento de terapia sistêmica de família, que formulou fortes críticas à abordagem psicanalítica, considerando-a excessivamente personalista e voltada ao intrapsíquico (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a, p. 489).

Notadamente, será a partir da década de oitenta que se observará “o aparecimento de um interesse renovado na abordagem psicanalítica de casais, caracterizando um novo período que se estende até os dias de hoje”. Entretanto,

importantes contribuições foram feitas pelos pioneiros em suas tentativas de responder à demanda crescente de atendimento por parte dos casais (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a, p. 489).

1.3.3. A fase sistêmica na psicoterapia de casal

Subsequentemente, a terceira fase da psicoterapia de casal foi marcada pela introdução do enfoque sistêmico familiar, nos anos de 1960. A partir daí, haverá um predomínio dessa abordagem de casais e famílias, continuando até a metade da década de 1980 (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a).

Diniz-Neto e Féres-Carneiro (2005) avaliam que, na história do campo da psicoterapia, talvez o evento de maior impacto, desde o desenvolvimento da psicanálise, seja o aparecimento dos questionamentos radicais da terapia sistêmica de família.

Essa abordagem se desenvolveu como uma reação às limitações percebidas nas terapias que atribuíam às disfunções psicológicas e sociais a apenas problemas no individual, fosse este visto como de natureza biológica, psicológica, psicodinâmica ou comportamental. Assim,

Durante a metade da década de sessenta, a década de setenta e início da década de oitenta, a abordagem sistêmica da família moldou a visão de tratamento de distúrbios psicológicos que incluíam aspectos conjugais. Todo tratamento conjugal deveria passar pela visão da família. Tratar algo menos que a família era considerado inadequado. Essa perspectiva esteve presente nas diversas escolas de terapia de família e moldou grande parte da produção do campo (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a, p. 491).

Concomitantemente ao estabelecimento da visão sistêmica na psicoterapia de casal, durante as décadas de 1970 e 1980, pesquisas sobre a eficácia da psicoterapia em geral emergiram, recolocando questões sobre a validade de abordagens teóricas e

métodos de tratamento, e levando a um renovado interesse no campo (Stürmer, Marin, & Oliveira, 2016).

1.3.4. A quarta fase na psicoterapia de casal

A quarta fase do desenvolvimento da psicoterapia de casal ocorrerá com a diversificação de modelos e abordagens, por meio de esforços de pesquisadores para a articulação entre os diferentes enfoques disponíveis.

Esse período conceitual do desenvolvimento da psicoterapia de casal foi marcado pelo aumento de sólidas pesquisas empíricas sobre a conjugalidade, o exame detalhado de conceitos e teorias até então propostas, o aparecimento de pesquisas empíricas experimentais sobre modelos e a criação de centros de pesquisa e treinamento de terapeutas de casal. A combinação desses fatores levou a um contínuo refinamento, à colocação de novas questões e críticas e ao desenvolvimento de abordagens e modelos durante o período (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a, p. 491).

Houve convergência das perspectivas do feminismo, do multiculturalismo e do pós-modernismo, dando uma aguda consciência da diversidade de experiências de homens e mulheres de diferentes culturas. Em conjunto, essas críticas aos padrões da psicoterapia de casal não só influenciaram como têm refletido os desenvolvimentos posteriores no campo (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005). Dessa experiência têm sido possíveis novas formas de abordar e de tratar a conjugalidade (Araújo, 2015).

Como resultado, a questão de aderência teórica rígida deu lugar à discussão sobre eficácia e eficiência terapêutica, na busca de validação de modelos apropriados a questões específicas, dentro da discussão de uma ética do tratamento (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a).

1.4. Terapia comportamental do casal

A “terapia conjugal de enfoque comportamental”, de maneira geral, é a abordagem que mais procura fundamentar-se em pesquisas empíricas (Vandenberghe, 2006). A base conjugal desse enfoque se fundamenta nas teorias do Behaviorismo Radical de Skinner (criador da corrente). Desse fato, pode-se depreender a preocupação com conhecimentos teóricos e práticos e com a comprovação científica dos seus procedimentos, entendendo o comportamento como uma relação entre o sujeito e o seu ambiente (Silva & Paro, 2018).

Calcada inicialmente no atendimento individual,

esta psicoterapia constituiu-se em movimento formal na década de 60 e tem sua origem fundamentada em diversas posições teóricas, sendo sua evolução acompanhada por várias discussões e divergências em relação aos princípios teóricos e metodológicos que a caracterizam (Silva & Paro, 2018, p. 4).

Os primeiros estudos sobre terapia de casal encontrados na literatura científica, isto é, estudos que orientaram o olhar dos pesquisadores da comportamental para a relação entre os cônjuges, datam da década de 1970. Essas pesquisas buscavam investigar a

efetividade do treinamento para resolução de conflitos com casais que tinham conflitos graves e comparavam as estratégias adotadas por casais em terapia com aquelas de casais que aguardavam em lista de espera. As díades em tratamento demonstravam maior capacidade de resolver os conflitos se comparadas com as que ainda não haviam iniciado psicoterapia, tais mudanças se mantinham ao longo do tempo (Fleury & Abdo, 2016, p. 47).

Nessas fases iniciais, observava-se uma aplicação quase ingênua de princípios que estruturavam os estudos no campo comportamental. Por isso havia um foco em suas

estratégias de mudança terapêutica do padrão de trocas, e o desenvolvimento de habilidades, por uma proposta de mudança na “troca de comportamentos” entre os cônjuges. Dada a intervenção, supostamente se alteraria o padrão conjugal. Isto é, o trabalho terapêutico centrar-se-ia na identificação de mudanças desejáveis para a interação e, então, em treinar esses comportamentos, em uma altamente estruturada sequência de reforçamento mútuo (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008b).

Esse estilo de remanejamento da interação conjugal foi sendo substituído à medida que seus resultados foram pouco animadores (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a). Ao longo dos anos 1980, foi produzido um número expressivo de estudos sobre terapia de casal na perspectiva comportamental que focavam, principalmente, a resolução de conflitos, a comunicação conjugal, a satisfação com o relacionamento, o compromisso com a terapia e os comportamentos positivos nas situações envolvendo conflitos graves. O principal objectivo, nesses casos, era avaliar a eficácia da psicoterapia utilizando medidas pré e pós-tratamento e de *follow-up* por meio de critérios metodológicos rigorosos (Fleury & Abdo, 2016).

Isto é, partindo do enfoque de desenvolvimento de habilidades, a terapia comportamental de casais colocou ênfase no ensino de habilidades comunicacionais e na solução problemas dos casais, que envolveriam padrões saudáveis de casamentos satisfatórios.

Estas habilidades seriam ensinadas aos casais em módulos, em uma sequência pré-estabelecida. [...] Usualmente falhavam em uma importante distinção funcional comportamental; entre um problema de aquisição de uma habilidade e de sua performance, isto é, na diferença entre a aprendizagem e o uso de uma habilidade já adquirida, mas não exercida, suficientemente, em um relacionamento (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008b, p. 174).

Uma nova fase na terapia comportamental de casais foi marcada pelo desenvolvimento do modelo que Jacobson e Christesen (1996), na década de 1990, a chamada terapia comportamental integrativa de casais, considerada uma evolução significativa.

Essa e outras contribuições indicaram uma mudança na estratégia terapêutica, ou seja, do foco em mudanças comportamentais para a busca do aumento de aceitação mútua entre os cônjuges. Esse desdobramento deveu-se a vários fatores, entre eles a necessidade de desenvolver métodos para lidar com aspectos não abordáveis pelo treinamento de habilidades, e que levavam casais a permanecerem debatendo-se ao redor de questões insolúveis. Essa nova fase foi marcada por um aumento na melhora dos resultados terapêuticos e no enfoque em temas recorrentes de dificuldades conjugais, em uma linguagem comportamental, como classes de resposta, ao invés de comportamentos específicos (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a).

“Atualmente, a terapia comportamental de casais foca aspectos da autorregulação, [...] que envolve estratégias de mudança do comportamento do outro cônjuge, a partir de mudanças nos comportamentos conjugais do outro membro do casal”. Por sua evolução e de suas abordagens, a terapia comportamental de casal, bem como a exploração da resposta fisiológica dos cônjuges à interação, abre grandes possibilidades de resultados no tratamento por meio da abordagem comportamental (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008b, p. 175).

Atualmente, a literatura da terapia comportamental de casal oferece um arsenal diversificado de técnicas (Vandenberghe, 2006). Essas técnicas têm a

finalidade de modificar o relacionamento de casais desajustados. Ela, além de trabalhar com o casal, enfatiza o trabalho com cada cônjuge individualmente, levando em conta a relação

conjugal na vida comum. Com isto, o objectivo é que no cotidiano, cada cônjuge mantenha seus direitos e liberdades, formando uma união harmônica (Asse & Garcia, 2018, p. 50).

Isto é, “a terapia comportamental de casal se arma de técnicas para eliminação de comportamentos não adaptativos por outros mais adequados, onde essas transformações ocorrem no dia a dia, na relação interpessoal”. Busca discriminar os estímulos responsáveis por comportamentos inadequados para eliminá-los, “e ensinar ao casal não reforçar comportamentos mal adaptados e a consequenciar comportamentos desejados” (Asse & Garcia, 2018, p. 50). A terapia comportamental de casal, por isso, auxilia os cônjuges a descobrirem formas das suas necessidades serem satisfeitas.

1.4.1.A intimidade do casal: satisfação e harmonia

Grande parte da manutenção de uma relação passa pelo estabelecimento de vínculos de intimidade que podem ser mais ou menos regulares de um casal para o outro. Pensar a intimidade no senso de manutenção da relação, de bem-estar e de forma a manter essa intimidade, é pensá-la sob um grau saudável para os cônjuges (Scheeren, Delatorre, Neumann, & Wagner, 2015).

Mendes-Campos, Féres-Carneiro e Magalhães (2016) mostraram quão frequentemente há no imaginário a associação entre as ideias de intimidade e de privacidade, devido ao fato de existir um longo processo histórico relativo ao advento da modernização das sociedades ocidentais, que produziu a clássica dicotomia entre as esferas do público e do privado. Nela a intimidade está proximamente ligada à sexualidade, mas vai mais além disso.

A intimidade sugere a partilha de algo que é íntimo e particular com outros semelhantes, integrando no conceito a sexualidade e o romantismo. Mas sendo um

constructo multidimensional, apresenta dificuldades na obtenção de uma definição universal (Ferreira, Narciso & Novo, 2013 *cit in* Santos, 2016).

É considerado o elemento estrutural de maior abrangência e complexidade da relação conjugal e, numa perspectiva que preconiza a sua dimensão relacional, a intimidade resulta do nível de compromisso, afeto positivo, proximidade física e cognitiva que a pessoa experimenta com o outro elemento da relação (Santos, 2016).

Daí que o casamento (ou a união entre duas pessoas) possa ser compreendido como um elemento que está diretamente associado à promoção do bem-estar, de reforçar a autoestima e a intimidade dos indivíduos por meio das relações duradouras e de apoio, calcados que estão tais fatores na vivência dessa intimidade (Campos, Scorsolini-Comin, & Santos, 2017).

Para Castro (2015), a partir disso, a relação conjugal pode-se transformar numa fonte de crescimento pessoal e aprendizagem, se houver espaço para as diferenças e trocas pessoais, no laço criado pelo casal no encontro de suas duas individualidades, que formam uma conjugalidade. Dessa forma, as relações conjugais requerem um processo constante de equilíbrio e clarificação de fronteiras entre os elementos do casal, com os restantes membros e subsistemas da família, e ainda, com outros sistemas.

Por Singly (2000 *cit in* Castro, 2015, p. 17), vê-se que precisamente pela importância das diferenças existentes entre uma relação de namoro ou sem partilha do mesmo teto e uma relação conjugal, partilha diária de responsabilidades originadas pela vida em conjunto, bem como pela manutenção da intimidade,

que a aceitação do início da conjugalidade deve reportar-se ao início da coabitação. Assim, o papel conjugal pressupõe a interdependência dos elementos do casal. A sua essência baseia-se no postulado de que a sobrevivência dos indivíduos que a constituem seja facilitada pelo compartilhamento das tarefas, envolvendo premissas como: compreensão, cooperação e

competição. O papel conjugal vai além das funções de reprodução, que pertencem à esfera conjugal.

Nos dias de hoje, a busca da igualdade sexual e emocional dos cônjuges, contrária à posição de autoridade *versus* submissão de muitas configurações conjugais do passado, é um fator cada vez mais associado ao conceito de relacionamento e intimidade conjugal (Giddens, 1993). A intimidade pressupõe um relacionamento conjugal associado à saúde e à qualidade de vida, principalmente nos anos de maturidade e velhice. Castro (2015) reforça nesse contexto a noção de conjugalidade, pois que se torna fundamental para o bem-estar psicológico e social dos indivíduos.

Scheeren et al. (2015, p. 838) ressaltaram pesquisas que indicam que

o apego seguro está associado a estratégias de comunicação positiva entre maridos e esposas [...]. Adultos com apego seguro sentem-se menos ameaçados nas discussões, utilizam menos estratégias de evitação do conflito e relatam menor frequência de conflitos e maior uso de negociação em comparação com aqueles com apego inseguro. Ainda, reconhecem que os conflitos podem ser benéficos para a relação, já que consideram que tais situações os auxiliam a identificar e resolver diferenças, favorecendo a intimidade conjugal.

Entretanto, o ideal do casamento moderno traz consequências a intimidade, como quando se deseja o parceiro por inteiro e pretende-se também penetrar inteiramente em sua intimidade. Ao mesmo tempo, o reconhecimento das potencialidades individuais não é necessariamente uma ameaça à relação, quando há uma comunicação livre e aberta entre os membros do casal, colocando-se como uma condição necessária para a intimidade e a qualidade da interação conjugal, colocada diante de barreiras impostas pelos limites pessoais de cada um (Mendes-Campos et al., 2016).

No que tange aos elementos da intimidade, esta pode ser entendida como uma abertura para o outro, uma disponibilidade para a troca (Machado, 2007). Relacionamentos amorosos constituem um dos vínculos mais íntimos, nos quais as pessoas expressam os seus sentimentos e pensamentos mais genuínos (Scheeren et al., 2015).

Essa perspectiva esboçada por Scheeren, Delatorre, Neumann & Wagner (2015) lembra que, quanto mais segurança e menos incômodo com a proximidade e intimidade, maior a possibilidade de resolver construtivamente os conflitos. Na relação, a negociação a respeito dos conflitos implica na capacidade de expor sentimentos, pensamentos e ideias e de sentir-se confortável com a presença do outro no seu espaço íntimo. Ainda assim, diversas consequências advêm da desestruturação da relação, muitas vezes, causando conflitos, insatisfações, caminhando para o fim do casal.

CAPÍTULO II – A separação

Muitas vezes nos relacionamentos conjugais se dão rupturas que encaminham o casal para separação. Tanto que, no universo terapêutico comportamental, a conduta do psicólogo frequentemente é, se todos os meios terapêuticos forem usados sem efeitos positivos, ajudar o casal a aceitar a separação, dando-lhes apoio, para que a nova adaptação traga menos traumas (Silva e Paro, 2018). Para amparar a discussão sobre tais processos de dissolução da união, o presente capítulo buscou teorizar sobre conflitos e insatisfações que gerem a ruptura, o processo de ruptura e sua superação e, por fim, um breve apanhado dos modelos terapêuticos que podem ser fundamentais para casais nessa situação. Com tudo isso se espera, conjuntamente com o Capítulo 1, estruturar a tese teoricamente para análise dos resultados da pesquisa.

2.1. A intimidade do casal: conflitos e insatisfação

Scheeren et al. (2015) lembram que, quanto mais segurança e menos incômodo com a proximidade e a intimidade, maior a possibilidade de resolver construtivamente os conflitos, implicando também em maior sensibilidade e vulnerabilidade diante de expressões de insatisfação, raiva e desapontamento por um dos parceiros. Se por um lado essas reações são comuns em situações de conflito, por outro podem tanto gerar oportunidades de melhoria da relação como implicar no risco de escalada do conflito, com consequente deterioração do relacionamento (Scheeren et al., 2015).

Autores como Bradbury, Fincham & Beach (2000) e, na mesma linha, Ziviani (2005) notam que é a forma pela qual os casais abordam, administram e resolvem o conflito, mais do que o conteúdo ou a gravidade da questão, que resulta ou em satisfação conjugal ou em problema conjugal. Notando isso, Ziviani (2005) sugere a

reconceituação do constructo da satisfação conjugal como uma atitude do cônjuge para com seu outro, ou ainda, para com a relação em si mesma.

Para Ziviani (2005), o que decide se o conflito em potencial surgirá, ou não, seguido de possíveis rupturas é a maneira como os parceiros ajustam suas percepções de si mesmo e do seu outro, e como as modificações decorrentes desses ajustes influenciam mutuamente ambos os cônjuges.

Nesse cenário entraria, portanto, enlaces decorrentes da intimidade. Ou ainda, o conflito pode vir a tornar um redutor dessa intimidade. Ainda à frente, conflitos também se interpõem a ela, gerando o fim da relação.

A literatura conceitua conflito conjugal como um acontecimento em que os cônjuges divergem. Caracteriza-se como mais ou menos grave pela frequência e intensidade com que ocorre, pelo seu conteúdo e pelas estratégias de resolução utilizadas (Costa, Delatorre, Wagner, & Mosmann, 2017).

Atados como par na intimidade,

os conflitos são destrutivos se evoluem para agressão física ou verbal, ameaças de abandono da relação, hostilidade, discussões em tom exaltado, posicionamento rígido e indisponibilidade para resolver o problema. Os conflitos são construtivos se possibilitam ouvir a opinião e os compromissos do parceiro sobre a situação, respeitar as diferenças e compreender que nem sempre os problemas serão resolvidos em uma primeira tentativa (Mosmann & Falcke, 2011, p. 13).

A complexidade desses processos conjugais elucida a estabilidade das taxas mundiais de divórcio em média em 50% das primeiras uniões (Costa & Mosmann, 2015). Por essa complexidade e pelo fato de se tratar de um fenômeno que se expressa em diferentes contextos, reforça a importância das estratégias de resolução de conflito, já que os impasses conjugais diários não são passíveis de serem evitados. Desse modo, a

forma com que os casais lidam com eles tende a ser o diferencial entre a estabilidade e a dissolução das uniões (Mosmann & Falcke, 2011).

Já o sofrimento decorrente do armazenamento de emoções negativas provenientes do conflito conjugal pode trazer sérias implicações para a saúde física e mental dos indivíduos, além de outros distúrbios decorrentes. Nesses casos, obviamente que deve ser aventada a separação. Além disso, o conflito afeta diretamente a satisfação conjugal, ocasionando avaliações minuciosas acerca da manutenção do matrimônio, resultando muitas vezes no divórcio (Orbuch, Veroff, Hassan, & Horrocks, 2002).

Portanto, os padrões de resolução de conflito e o comportamento dos cônjuges durante o processo de resolução predizem reflexos na satisfação e na estabilidade conjugal (Mosmann & Falcke, 2011). Por outro lado, os laços salutarres de intimidade reforçam os vínculos, ajudando nessas resoluções (Costa et al., 2017).

Mosmann e Falcke (2011), citando Fincham (2009), acrescentam a perspectiva de que os casais tendem a ser estáveis ao longo do tempo, caracterizando o tipo de interação estabelecida pelo casal. Mas, muitas vezes, ante a dissolução da realidade da intimidade, a solução seguinte é a dissolução da união.

2.2. Entre a satisfação e a insatisfação do casal

2.2.1. Conceituações sobre a satisfação e a insatisfação

O conceito de satisfação conjugal é um conceito subjetivo, ou seja, implicando por um lado que se tenham necessidades e desejos satisfeitos, passando pela definição do que consistiriam tais desejos, assim como corresponder, em maior ou menor escala, o

que o outro espera, definindo um dar e receber recíproco e espontâneo (Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt, & Sharlin, 2004).

Andrade, Garcia e Cano (2010) sugeriram, pela concepção proposta por Wachelke, Andrade, Cruz, Faggiani, & Natividade (2004, p. 11, 2007), que a satisfação consistiria em uma “avaliação cognitiva positiva de um objeto, obtida após a comparação com objetos semelhantes que possuam características consideradas aceitáveis ou boas”. Em outras palavras, satisfação em um relacionamento corresponderia a uma avaliação em nível individual, da qualidade do relacionamento. Neste caso, do relacionamento amoroso.

Norgren et al. (2004, p. 576) ressaltam diferentes elementos de satisfação entre o casal. Alguns notam que a satisfação se relaciona

com sensações e sentimentos de bem-estar, contentamento, companheirismo, afeição e segurança, fatores que propiciam intimidade no relacionamento, decorrendo da congruência entre as expectativas e aspirações que os cônjuges têm, em comparação à realidade vivenciada no casamento.

Além de subjetivo, é possível observar que hoje se reconhece que a satisfação conjugal

é fenômeno complexo, no qual interferem diversas variáveis, tais como: características de personalidade, valores, atitudes e necessidades; sexo, momento do ciclo da vida familiar, presença de filhos, nível de escolaridade, nível socioeconômico, nível cultural, trabalho remunerado e experiência sexual anterior ao casamento [...]. Deve-se observar ainda que o casamento transforma-se ao longo do ciclo de vida familiar, e assim, o nível de satisfação também varia com o decorrer dos anos de convívio (Norgren et al., 2004, p. 576).

Para Andrade et al. (2010, p. 145, a satisfação com a situação de um relacionamento de casal

é algo ligado à avaliação que uma pessoa possui sobre a positividade presente na relação, tomando como referência o que ela espera desse relacionamento. Quando o nível de positividade supera as expectativas individuais acerca do relacionamento, é possível afirmar que uma pessoa encontra-se satisfeita, em maior ou menor grau. Nesse sentido, o processo de comparação com outros relacionamentos e com as percepções individuais sobre o que um dado relacionamento pode oferecer assume um papel determinante na satisfação ou insatisfação com essa relação.

Norgren et al. (2004) ainda lembra não haver somente os extremos satisfatório e insatisfatório nos relacionamentos duradouros, identificando em outros estudos seis tipos conjugalidade:

- Estável/positivo (os membros do casal mantiveram satisfação de moderada a alta e afeto positivo durante todo seu casamento)
- Estável/neutro (casais satisfeitos, mas que nunca sentiram grande afeto um pelo outro);
- Estável/negativo (afeto negativo desde o início da relação);
- Curvilíneo (a satisfação entre os membros do casal declinou nos primeiros estágios do ciclo vital da família, mas aumentou nos últimos anos);
- Declínio contínuo (no início havia alto nível de satisfação, mas decresceu paulatinamente);
- Aumento contínuo (fenômeno que acontecia em casamentos arranjados, raros no Ocidente).

Ressalte-se ainda que a longevidade do casamento não significa necessariamente um bom relacionamento, havendo necessidade de diferenciação entre a satisfação e estabilidade conjugal. Por isso, autores (Kaslow & Hammerschmidt, 1992; Norgren et al., 2004) sugerem a existência de casamentos estáveis e não necessariamente satisfatórios, mantidos pelas mais variadas razões. Uma delas é que um ou ambos os

cônjuges podem abominar a ideia do divórcio, ou por razões pessoais, ou por credo religioso, ou, ainda, podem ter medo da mudança e da solidão. Cônjuges podem também não conseguir lidar com a liberdade e autossuficiência, podem não quer repartir o patrimônio que construíram ao longo dos anos e, finalmente, estar casado e fazer parte de uma família pode ser menos ansiógeno do que estar descasado.

Já Vieira (2016, p. 21) adverte que os conceitos de “Satisfação Conjugal” e “Qualidade Conjugal” são, por variadas vezes, encontrados na literatura e erradamente assumidos como sinônimos. Esclarecendo a diferença entre ambos, nota que a satisfação apenas se torna possível de medir através de uma avaliação pessoal e subjetiva que cada um dos parceiros do casal faz da sua própria relação. Já a qualidade “refere-se ao desempenho de ambos os parceiros na relação, podendo esta ser avaliada com base em critérios estipulados *a priori* pelo investigador, procedentes dos resultados de investigações prévias”.

Nessa linha, outros autores lembram que a satisfação conjugal requer uma avaliação pessoal do relacionamento e uma análise do ponto de vista de cada um dos cônjuges. Além disso, a satisfação numa relação mostra-se fundamental para o bem-estar, já que reflete uma avaliação positiva do parceiro(a) e da relação em questão (Narciso & Ribeiro, 2009).

2.2.2. Algumas classificações, modelos e escalas de satisfação e insatisfação

Existem diversas maneiras de se abordar a satisfação conjugal, notando para isso o aspecto idiossincrático relativo à satisfação e insatisfação. Os primeiros estudos se preocuparam com o conceito de satisfação conjugal como uma dimensão única,

variando da insatisfação até a satisfação (Machado, 2007). Dela Coleta (1989, *cit in*, Machado, 2007) propõe três modelos possíveis de satisfação global:

- Modelo bipolar: onde a satisfação se dá como um equilíbrio entre aspectos positivos e negativos do casamento;
- Modelo Unipolar: aqui a satisfação ocorre em função de certos aspectos gratificantes do relacionamento;
- Modelo de dimensões separadas: nele a satisfação e a insatisfação ocorrem como dimensões independentes que resultam na felicidade conjugal.

Valorando a última como a mais precisa para casos específicos de estudo, os autores observam que esse último é tal,

considerando-se a satisfação no casamento como uma dimensão separada e independente da insatisfação com a relação. Desta forma, a ausência de fatores que trazem satisfação não significa insatisfação, mas a presença de outros fatores igualmente responsáveis pela satisfação garantirá a mesma. Ainda, a ausência de comportamentos geradores de insatisfação não são o oposto daqueles geradores de satisfação, mas independentes e particulares (Andrade et al., 2010, p. 37).

Para avaliação quantitativa, existem diversas escalas, entre elas, a Escala Fatorial de Satisfação em Relacionamento e predição de satisfação global com a relação (EFS-RC). Trata-se de um instrumento auto administrado breve, formado por nove itens do tipo Likert, subdivididos em duas dimensões de avaliação de esferas específicas do relacionamento de casal: atração física e sexualidade, e afinidades de interesses e comportamentos entre companheiros de relação.

Segundo esse modelo, a qualidade global do relacionamento de casal não fica relacionada a um componente apenas, mas sim a seis componentes singulares: satisfação, companheirismo, confiança, intimidade, paixão e amor. A satisfação com o

relacionamento de casal é entendida como um componente da qualidade de relacionamento percebida. A satisfação também seria um fator superior a outros, referentes a esferas específicas da relação de casal (Wachelke, Andrade, Souza, & Cruz, 2007)

Já o Modelo de Satisfação Conjugal de Narciso (2001), feito em Portugal, é importante contraponto nesta área de investigação. Apresentando um conhecimento sistêmico complexo do conceito de conjugalidade, este modelo procura atualizar e completar diversos conceitos fundamentais, de modo a que haja uma melhor compreensão dos processos inerentes à satisfação conjugal. Considera três tipos de fatores influentes nos níveis de satisfação conjugal:

- Os Fatores Centrípetos são responsáveis pela relação e por ela diretamente gerados. Aglomeram em si processos operativos ou comportamentais, que refletem o funcionamento conjugal, incluindo a comunicação, os conflitos e o controlo da relação.
- Processos Cognitivos, deque fazem parte os pressupostos e os padrões, as percepções, as atribuições e as expectativas, que influenciam a relação e por ela são influenciados. Os Processos Afetivos, tal como o nome indica, remetem para sentimentos de amor, para a intimidade entre o casal e o compromisso assumido por ambos.
- Fatores Centrífugos, que surgem como os mais periféricos à relação. Abrangem Fatores Contextuais, tais como a família de origem, a rede social em que os membros do casal estão inseridos, o contexto profissional, as características demográficas contextuais e, não menos importantes, os fatores pessoais que incluem, por exemplo, os padrões de vinculação, características da personalidade e aspetos demográficos individuais.

- Fator Tempo ou Percurso de Vida Conjugal, em que é aqui referenciado o tempo de namoro, tempo de casamento, etapas vistas como normativas ao longo do ciclo de vida e situações ditas não-normativas (Vieira, 2016).

Outros ainda podem ser aqui sumarizados, tal como o Questionário demográfico e de caracterização sexual, que contém itens de caracterização dos participantes (sexo, idade, duração do relacionamento, estado em que mora e curso ou profissão) e mais oito itens adicionais estruturados no formato de escalas nominais, para mensurar e caracterizar aspectos do componente sexual do relacionamento de casal, como frequência de relacionamento do último mês e grau de excitação sexual (Andrade et al., 2010). Tem-se ainda, entre outros, não cabendo explicitá-los, a:

- Escala triangular do amor de Sternberg (Etas);
- Escala de satisfação global com relacionamento amoroso;
- Escala de satisfação sexual;
- Escala de satisfação com a vida (Andrade et al., 2010).

De modo que todos esses modelos e escalas, cada qual com características próprias, tentam criar parâmetros críticos de análise, alguns permitindo até mesmo análises métricas.

2.3. As causas da insatisfação

Para Perlin e Diniz (2005), Jablonski (2001) consistentemente mostrou que o aumento significativo no número de divórcios ao longo de século XX e durante o presente século pode denunciar uma insatisfação com o casamento, ou, ao menos,

denuncia que ele vem passando por momentos desafiadores. Jablonski (2001), entretanto, chama a atenção para o fato intrigante de que, mesmo diante desse quadro, as pessoas, em sua maioria, pretendem ou desejam se casar ao menos uma vez.

O casamento e os relacionamentos amorosos ainda são cercados de idealizações, ou se nutre delas. E grande parte das idealizações podem ser fatores de frustração e insatisfação ante a prova do cotidiano e da realidade do relacionamento a dois, sobretudo após a união do casal.

Para alguns autores, a

perspetiva de casamento está entrelaçada com uma idealização, no qual os conjugues buscam viver um amor perfeito e ignorando quaisquer aspectos negativos que podem surgir conforme o tempo de relacionamento se prolonga, tais como discussões envolvendo aspectos psicológicos, sociais e financeiros que estão interligados intimamente ao fenômeno do casar-se (Ribeiro et al., 2016, p. 307).

As mudanças no casamento na modernidade

a valorização do amor individual, presente na ideologia burguesa, estabelece o casamento por amor, amor-paixão, com predomínio do erotismo na relação conjugal. Esse novo ideal de casamento impõe aos esposos que se amem ou que pareçam se amar e que tenham expectativas a respeito do amor e da felicidade no matrimônio. Essa imposição teve muitas consequências e contradições. Uma delas é que acabou criando uma armadilha para os casais na medida que se acentuaram as “idealizações” e consequentemente os conflitos resultantes da desilusão pelo não atendimento das expectativas (Araújo, 2015, p. 1)

Outros estudos, como os de Magalhães & Féres-Carneiro (2007) e Ozório, Féres-Carneiro, & Magalhães (2017), relatam experiências de casais onde é preciso compreender como se constituem e se movem subjetividades no interior das relações amorosas, a partir da perspectiva do modelo do casamento dos pais. Esses modelos, sendo muitas vezes fonte de idealização e romantismo, talvez inalcançável, podem ser

fonte frustração nos filhos que não conseguem atingir o ideal de amor conforme estabelecido no casamento dos pais.

Norgren et al. (2004) observou que casais satisfeitos e felizes parecem mais serem “funcionais”, tendo conseguido manter fortes laços emocionais com seu cônjuge, mudar a estrutura de poder, papéis e regras de seu relacionamento ao longo da vida conjugal e em face de situações de crise, assim como desenvolver padrões de comunicação adequados.

Por vezes, as causas da insatisfação entre casais parecem diretamente ligadas ao padrão de satisfação, ainda que estudos sugiram separação entre as componentes (Wachelke et al., 2004; Wachelke et al., 2007). Isto é, insatisfações parecem surgir pela falta, ou por não se verem atendidas, do quadro que a caracteriza a satisfação e as idealizações da relação.

Outra causa apontada por estudos é

a excessiva valorização da sexualidade presente na sociedade brasileira que obriga todos, mesmo aqueles que já estão casados há dezenas de anos, a sentirem atração sexual por seus parceiros como dois recém-casados. Muitos casais que poderiam ser felizes, como amigos e amantes, sentem-se bombardeados pela propaganda do sexo e passam a questionar a sua felicidade sexual, comparando-a com a de outros casais imaginários. A fantasia parece mais real do que a própria realidade e a sensação de que estamos longe da felicidade possível nos traz insatisfação (Goldenberg, 2001, p. 32).

Outras questões ainda são relativas ao momento em que a instituição casamento vem passando, com suas mudanças ante os padrões a pouco conhecidos e vivenciados, com repercussão e com impactos de insatisfação devido a: a) impacto nos filhos e sua criação, b) dupla jornada de trabalho feminina e redivisão de tarefas dentro de casa, conflitiva em função da relutância masculina em participar de muitas tarefas dentro do lar (Machado, 2007).

Este último fator, divisão do trabalho doméstico, entre outros, é predisponente de insatisfação com relação às mulheres, uma vez que elas se percebem muito mais sobrecarregadas de tarefas que o homem, tendo que pagar um “ônus” bem maior que o companheiro para engajar-se e manter-se na relação (Figueiredo & Diniz, 2018; Schwarzstein & Barros, 2018).

A respeito das causas de conflito, separação ou divórcio, isto é, as principais causas atribuídas ao fracasso no casamento, Andrade, Garcia e Cano (2010) listará: infidelidade, alcoolismo, abuso físico e verbal, incompatibilidade, problemas com parentes, problemas sexuais, negligência ou irresponsabilidade com o lar e os filhos, problemas financeiros, falta de amor, brigas, ciúmes, falta de diálogo, instabilidade emocional, de acordo com os vários autores analisados.

Existem ainda estudos que apontam ser responsável pela insatisfação no relacionamento a discrepância entre os valores subjetivos entre os cônjuges. Nesses casos, a insatisfação em ambos os membros do casal produz ansiedade no parceiro menos valorizado quanto à possibilidade de que seu esposo ingresse em ligações extramaritais, em busca de alguém de valor comparável. O esposo de maior valor, por sua vez, também poderá expressar insatisfação, na medida em que os benefícios recebidos podem ser menores do que os custos de permanecer em uma relação, excluindo as possibilidades de outros relacionamentos possíveis (Buss & Shackelford, 1997).

Mais um fator que pode contribuir como gerador de insatisfação conjugal é a comunicação (Machado, 2007), já que a satisfação conjugal está associada às variáveis de ajustamentos conjugal, coesão, resolução de conflito ligadas a estratégias de comunicação (Luz & Mosmann, 2018).

Luz e Mosmann (2018), em um estudo elaborado com respostas de diferentes casais no que diz respeito a sua satisfação com a relação, ainda mostraram que, para casais insatisfeitos, as variáveis mais significativas de insatisfação foram crenças pessoais, expectativa social e medo de mudança. Na comparação entre os casais satisfeitos e os insatisfeitos com relação às variáveis de estratégia de resolução de conflito e comunicação, a diferença entre os dois grupos no item comunicação foi significativa, demonstrando que os casais insatisfeitos, normalmente, estabelecem estratégias de comunicação que visam à manutenção do relacionamento, mas não a resolução dos conflitos (Luz & Mosmann, 2018).

2.4. O doloroso processo da dissolução matrimonial

A formação e a ruptura do laço conjugal envolvem processos complexos de interações entre os membros do casal, da família e do grupo social (Neto & Féres-Carneiro, 2010). A palavra divórcio vem do latim *divortium*, que significa separação, e, por sua vez, é derivada de *divertere*, que denota “tomar caminhos opostos, afastar-se”. O divórcio, portanto, traveste-se de um processo que ocorre no cerne familiar, que desafia a sua estrutura e a dinâmica relacional (Lopes, 2012). Ainda que a separação de um casal não ponha fim a uma família, irá provocar grandes transformações, ou seja, as estruturas se alteram, mas a família, enquanto organização mantém-se (Ozório et al., 2017).

Lopes (2012), na mesma linha do que propõem Peck & Manocherian (2001), salienta que, entre os fatores que acarretam a separação judicial, pode-se destacar: a diferença de *status* socioeconômico (quando a mulher ganha mais, instabilidade de renda e do emprego do marido); o menor grau de instrução do homem (quando

comparado com a sua esposa); a idade dos cônjuges (quanto mais jovens, mais alta é a incidência); a ocorrência de gravidez pré-nupcial; a diferença racial; e questões de gênero.

E o processo de divórcio pode ser dividido em três etapas:

(1) a compreensão, marcada pelos esforços dos ex-cônjuges de assimilar o primeiro ano após a separação, sendo este período caracterizado pelo caos, confusão e crise; (2) o realinhamento, fase de transição que corresponde ao segundo e ao terceiro ano, em que as questões econômicas, sociais e extrafamiliares se encontram em processo de reestruturação; e (3) a estabilização, referindo-se à fase de reorganização do sistema familiar (Lopes, 2012, p. 34).

Isso se dá porque o casamento, agora em dissolução, implicou a construção de uma nova identidade para os cônjuges, de um “eu-conjugal” que foi se construindo através das interações estabelecidas entre eles (Féres-Carneiro, 2003). Willi (1995 *cit in* Féres-Carneiro, 2003), ao definir o casamento como uma relação diferente de todas as outras, argumentou que, quando duas pessoas decidem que viverão juntas, cada uma teve de se modificar internamente e se reorganizar.

No processo de separação, a identidade conjugal, construída no casamento, vai aos poucos se desfazendo, levando os cônjuges a uma redefinição de suas identidades individuais. A separação, descrita por Caruso (1968; 1989, p. 20) como uma das mais dolorosas experiências pelas quais pode passar o ser humano, é um processo complexo, vivido em diferentes etapas e em diferentes níveis, ou seja, nos pensamentos secretos de cada membro do casal, no diálogo entre eles e na explicitação para o contexto social que os circunda. Para o autor, estudar a separação amorosa significa estudar a presença da morte na vida, ou seja, na separação há uma sentença de morte recíproca: “o outro morre em vida, mas morre dentro de mim... e eu também morro na consciência do outro”. (Féres-Carneiro, 2003, p. 367).

Assim a separação e o divórcio têm sido descritos como um evento estressante para as famílias, nomeadamente porque implica em tais séries de mudanças e ajustamentos na vida dos pais, mas também das crianças. O divórcio pode também

aumentar a probabilidade de pais e de crianças evidenciarem mal-estar psicológico, ou ainda reações adversas em vários níveis, sintomas que são comuns nessa fase de transição, tais como ansiedade e depressão (Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro, & Prego, 2011).

No âmbito dos filhos, sobretudo

a experiência do divórcio ou da separação conjugal acarreta a redefinição das práticas de divisão do tempo parental entre progenitores e dos significados que mães e pais atribuem ao tempo que estão envolvidos com as crianças. Principalmente porque a alocação do tempo parental após ruptura conjugal, ou seja, o tempo do envolvimento com as crianças, é institucionalmente orientada pela distinção entre residência com a criança e regime de visitas da criança, configurando este o tempo de contacto com o progenitor não residente (Marinho, 2018, p. 88).

Nesse ponto de vista, para Schabbel (2005, p. 13), o processo de separação legaliza, também em três tempos, por vezes sobrepostos, um estado de discórdia entre o casal, leva a uma liberação do clima de disputa e cria novas estruturas domésticas de convivência entre pais e filhos. “Para os filhos, inicialmente representa um mistério que precisa ser explicado com clareza e objetividade”. De modo que o divórcio se torna um marco legal que provoca em todos os familiares, principalmente em pais e em filhos, angústias e incertezas que ameaçam a estabilidade pessoal e causam inúmeras mudanças na dinâmica do cotidiano familiar.

É assim que,

embora o divórcio possa ser, às vezes, a melhor solução para um casal cujos membros não se consideram capazes de continuar tentando ultrapassar suas dificuldades, ele é sempre vivenciado como uma situação extremamente dolorosa e estressante. A separação provoca nos cônjuges sentimentos de fracasso, impotência e perda, havendo um luto a ser elaborado. O tempo de elaboração do luto pela separação é quase sempre maior do que aquele do luto por morte (Féres-Carneiro, 1998, p. 1).

Deve haver assim o cuidado com os filhos. Para ela,

apesar da dor da perda que toda separação provoca, é importante ressaltar que os filhos, quase sempre, são mais capazes de enfrentar a separação dos pais do que estes podem imaginar. Os pais tendem, em geral, a fragilizar a capacidade dos filhos para lidar com a separação, projetando neles um mundo que não é vivido por eles. Muitas vezes, entre os colegas de colégio e os amigos, com os quais aprenderam a respeito da separação dos pais, as crianças se identificam e encontram apoio e compreensão (Féres-Carneiro, 1998, p. 1).

Ademais, a separação conjugal pode ter efeitos construtivos para os membros de uma família, sobretudo, quando o preço para manter o casamento é a autodestruição e a destruição do outro. Quer os pais estejam casados ou separados, o mais importante para o desenvolvimento emocional dos filhos é a qualidade da relação que se estabelece entre os membros do casal e entre estes e os filhos (Féres-Carneiro, 1998).

Nesse processo, a separação do casal leva toda a família a reestruturar os padrões de relacionamento vigentes. Em acordo com os estágios de dissolução matrimonial, citados acima, Féres-Carneiro (1998) observa um período de transição até que se atinja um novo patamar de organização e o fato de alguns efeitos do divórcio aparecem rapidamente, outros aumentam durante o primeiro ano para depois irem desaparecendo, e outros ainda demoram até dois anos para emergirem.

2.5. A busca pela reconstrução da identidade do cônjuge

Alguns estudos mostram que o desequilíbrio do sistema familiar na situação de divórcio tende a começar um ano antes da separação e, geralmente, depois de dois anos para a maioria, e, até no máximo seis anos para todas, as famílias voltam a estabelecer um funcionamento satisfatório para seus membros (Féres-Carneiro, 1998). Mas isso nem sempre se dá de forma linear e a par de sofrimentos.

Schabbel (2005, p. 14) mostrou, como anteriormente falado, que estudos no âmbito clínico, assim como no forense, demonstram que os conflitos vividos pelos pais antes mesmo do processo de separação e durante o processo de separação causam problemas de ajustamento dos filhos, sendo que o relacionamento dos pais no período pós-divórcio constitui o fator mais crítico no funcionamento da família.

De tal modo, é necessária, após a dissolução da união, a renegociação dos limites de intimidade entre os ex-cônjuges por meio da mediação, com o objectivo de promover uma aliança pacífica no cuidado dos filhos. Essa atitude tem se mostrado de grande benefício para o convívio familiar pós-separação (Schabbel, 2005).

Nesse sentido

A separação de um casal, quando malconduzida, pode desagregar toda a família e extinguir relacionamentos futuros. A ajuda especializada de operadores jurídicos e não jurídicos não é apenas bem-vinda, mas crucial para a retomada do ciclo de crescimento das famílias (Schabbel, 2005, p. 90).

Féres-Carneiro (2003) recomenda o questionamento da tendência de considerar as famílias separadas ou as famílias recasadas como disfuncionais. Para essa pesquisadora, muitas vezes a literatura enfatiza essa dimensão na separação e no recasamento, buscando as patologias associadas a estas situações. Mas a autora ressalta que esses núcleos familiares são tão capazes de promover saúde, quanto as famílias de primeiro casamento.

Ou seja, a competência das famílias não depende do fato de serem casadas, separadas ou recasadas, mas da qualidade das relações estabelecidas entre seus membros. De tal modo que é preciso atentar-se ao processo de reconstrução da identidade do cônjuge separado, no processo de criar uma nova família, processo esse

que cria características peculiares e que a família recasada tem também características próprias.

Na família recasada os limites dos subsistemas familiares são mais permeáveis, a autoridade paterna e materna é dividida com outros membros da família, assim como os encargos financeiros. Há uma complexidade maior na constituição familiar: às vezes oito avós, irmãos, meio-irmãos, filhos da mulher do pai, filhos do marido da mãe. É preciso muita flexibilidade e originalidade para lidar com tudo isso. E é importante não interpretar a complexidade das relações que se estabelecem nestas famílias como disfuncionalidade (Féres-Carneiro, 1998, p. 1).

Ainda que nem sempre seja esse o destino procurado pelos recém-separados, é preciso enfatizar essa possibilidade. Isto é, a de promover saúde das famílias recasadas, que não evidenciam diferenças significativas entre famílias de primeiro casamento, em relação a diferentes variáveis relacionadas ao desenvolvimento emocional da criança e do adolescente e à dinâmica das relações familiares (Ozório et al., 2017).

Féres-Carneiro (1998, p. 1), conforme dito anteriormente, ressalta que os filhos reagem à separação por meio de sentimentos que podem se alternar durante semanas ou meses após o fim da relação conjugal. Deve haver, assim, o cuidado com os filhos. Para ela,

quem se separa é o par amoroso, o casal conjugal. O casal parental continuará para sempre com as funções de cuidar, de proteger e de prover as necessidades materiais e afetivas dos filhos. É muito importante que isto possa ficar claro para eles. [...] O pior conflito que os filhos podem vivenciar, na situação de separação dos pais, é o conflito de lealdade exclusiva quando exigida por um ou por ambos os pais. A capacidade da criança e do adolescente de lidar com a crise que a separação deflagra vai depender sobretudo da relação que se estabelece entre os pais e da capacidade destes de distinguir, com clareza, a função conjugal da função parental, podendo assim transmitir aos filhos a certeza de que as funções parentais de amor e de cuidado serão sempre mantidas.

Mas porque querem se separar, ou porque já estão se separando com um processo em andamento no judiciário, ou ainda porque têm medo de se separar, ou porque não querem se separar de maneira nenhuma, os casais muitas vezes buscam terapia, essa que se mostra, muitas vezes, de fundamental importância pra transição e estabilização emocional no processo de separação (Féres-Carneiro, 1998).

2.6. Modelos terapêuticos

Os modelos terapêuticos no campo conjugal são uma confluência da história da psicologia, aliada ao surgimento e ao desdobramento histórico da psicoterapia de casais. Atualmente, todas essas abordagens terapêuticas consideram cinco princípios comuns no trabalho com casais:

alterar a visão do problema para uma perspectiva mais objetiva, contextualizada e diádica; diminuir comportamentos disfuncionais desencadeados por estados emocionais; estimular comportamentos emocionais evitados e privados; aumentar padrões de comunicação construtivos e enfatizar aspectos fortes e ganhos [...] Além da valorização e do desenvolvimento do arsenal técnico para o tratamento do casal, o maior adesão para o futuro refere-se ao cuidado para evitar o fracasso da terapia sexual, principalmente quando associada à terapia do casal (Fleury & Abdo, 2016, p. 26).

Além do que já foi exposto sobre a terapia comportamental, é preciso mostrar os mais relevantes modelos para a presente pesquisa, e o que cada modelo tem de seus fundamentos e de divergência, em algum ponto.

2.6.1. Abordagem sistêmica

A abordagem sistêmica é orientada pela visão sistêmica do mundo e é considerada algo contemporâneo. Nessa visão, destacam-se três dimensões:

a primeira dimensão é o reconhecimento da complexidade organizada do universo, ou seja, ver e pensar as relações existentes em todos os níveis da natureza, buscando a compreensão dos acontecimentos, podendo ser eles físicos, biológicos ou sociais, em relação aos contextos onde ocorrem; a segunda dimensão é a visão sobre o dinamismo das situações em que não há previsão de situações, pois o mundo está em constante processo de mudança; a terceira dimensão diz do reconhecimento de que não há realidades objetivas, mas vamos nos constituindo à medida que nos interagimos com o mundo (Coelho, 2016, p. 92).

Riveiro (2009) afirma que a abordagem sistêmica, como todas as demais abordagens da Psicologia é complexa, desenvolvendo-se ao longo da história. Tal abordagem permite a visão do todo e das múltiplas relações e funções dos seus componentes, permitindo-nos ganhar perspectiva sobre a realidade social, o que vem a facilitar a compreensão e a intervenção na relação.

Tal modelo teórico partiu de questionamento e de indagações aos modelos tradicionais de abordagem do ser humano, dando ênfase às relações como um sistema. Isto é, nos contextos no qual está inserido o sujeito, a teoria mostra haver uma passagem de uma perspectiva individual para uma sistêmica. Para tal, o sujeito está em relação com o mundo.

Para Feres-Carneiro (1994, p. 59),

os sistemas interacionais são conceituados como dois ou mais comunicantes no processo de definição da natureza de suas relações. O sistema familiar e o sistema conjugal são vistos como um circuito de *feedback* negativo, constantemente regulado, na medida em que tendem a preservar seus padrões estabelecidos de interação, buscando sempre um equilíbrio, que é mantido pelas regras de interação familiar ou conjugal.

De tal modo, quando, por algum motivo, essas regras são quebradas, entram em ação meta-regras para restabelecer o equilíbrio perdido. Precisamente por isso, a terapia desenvolvida a partir desse enfoque enfatiza a mudança no sistema familiar e conjugal

pela reorganização da comunicação entre os membros. E, nela, o foco de atenção é o modo de comunicação das pessoas no momento atual (Feres-Carneiro, 1994).

Os terapeutas se abstêm de fazer interpretações na medida em que assumem que são as novas experiências - no sentido de um novo comportamento que provoque modificação no sistema familiar ou conjugal - que geram mudanças. Nesse sentido, são usadas prescrições nas sessões terapêuticas para mudar os padrões de comunicação e prescrições fora das sessões com o objectivo de encorajar uma gama mais ampla de comportamentos comunicacionais no sistema familiar e conjugal. Há uma concentração no problema presente, e o comportamento sintomático é visto como uma resposta adequada ao comportamento comunicativo que o provocou (Feres-Carneiro, 1994).

2.6.2. Abordagem em Psicodrama

O Psicodrama, outro modelo aplicado aos casais, é uma psicoterapia criada e desenvolvida por Moreno, com o objectivo potenciar a ação no indivíduo através da dramatização, facilitando o contato com as problemáticas internas (Moreno, 1997).

Este modelo usa a dramatização como veículo de ação e o palco como espaço onde o indivíduo tem a possibilidade de trazer para o momento presente os seus dramas, recriando uma realidade protegida. Através da encenação de situações imaginárias, reais, passadas ou futuras, é possível transpor para o exterior as vivências internas do indivíduo no momento presente (Santos, 2016, pp. 25-26).

No contexto conjugal, a aplicação da teoria se explica porque o casal se forma com a criação do vínculo conjugal. Cada elemento traz consigo o seu átomo social, com distintos papéis inerentes que irão interagir e adequar-se ou não aos papéis do outro.

A relação obriga à criação de novos papéis, enfraquecendo ou intensificando os que estavam previamente estabelecidos, podendo dar origem a uma vivência satisfatória ou a atritos, que levam a novos desequilíbrios (Moreno, 1997). Esses desequilíbrios, por sua vez, levam a comportamentos desajustados devido à espontaneidade bloqueada nos elementos do casal (Távora, 2004 *cit in* Santos, 2016).

Em terapia, inicialmente verifica-se a indiferenciação e mistura no casal, e nessa interação, cada elemento vai-se redescobrimo a si próprio e ao outro, trocando de papéis, dando lugar a uma maior compreensão mútua (Moreno, 1997). Assim, o psicodrama é um modelo terapêutico que facilita a expressão e a experimentação de emoções e sentimentos e incita várias técnicas utilizáveis para melhora da relação (Santos, 2016).

Já a técnica de dramatização de conflitos, as metáforas e as representações simbólicas incluem o corpo e a ação, que fazem parte inerente da função sexual, permitindo outras formas de acesso à dinâmica relacional do casal, enquanto na inversão de papéis os parceiros são convidados a assumir o lugar do outro. Concomitantemente, ocorre a interação entre eles a partir dos conteúdos expressados por cada um (Fleury & Abdo, 2016).

Fleury & Abdo (2016, p. 47) ainda ressaltam

Um recurso muito valorizado para capturar e transformar impasses nas relações de casais é a construção de esculturas. O casal é convidado a buscar formas simbólicas para expressar como cada um se percebe no relacionamento quando surge um problema. Cada um expressa sua fantasia numa curta encenação, que captura a percepção de si, do outro e do relacionamento, expressando a experiência subjetiva de cada um (emoções, crenças, expectativas, vulnerabilidades, ameaças, projeções e distorções).

Na abordagem psicodramática, essas e outras técnicas são colocadas no arsenal terapêutico desse modelo como modo de assistência aos casais.

2.6.3. Abordagem pela psicanálise

Lembrando o histórico dessa corrente, para Gurman e Fraenkel (2002, *cit in*. Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2008a), nessa linha de análise, ocorreu por muito tempo uma falta de desenvolvimentos teóricos e técnicos próprios e as fortes críticas, tanto da psicanálise mais ortodoxa como da abordagem da terapia de família, que levaram há um declínio do interesse na terapia psicanalítica de casais. Um novo interesse ocorreu na década de oitenta, com importantes mudanças teóricas e novas metodologias, quanto então houve a aplicação do enfoque psicanalítico à clínica da conjugalidade.

Outros autores ressaltam a questão da individualidade e da subjetividade. Para eles,

a psicoterapia de casal e família diferencia-se da psicoterapia individual por agregar em um mesmo espaço o casal ou a família, implicando na necessidade de se escutar vários indivíduos e se atentar para o fenômeno das transferências cruzadas. Não se trata meramente de uma psicoterapia grupal, visto que os participantes têm um conhecimento de si anterior ao processo terapêutico, com uma convivência que segue após o término de cada sessão (Machado, Sei, & Zanetti, 2016, p. 155).

Sob essa lógica, numa psicoterapia de casal, de cunho psicanalítico, carecerá a observância da presença predominante de conflitos intersubjetivos, referentes à qualidade do vínculo da díade e das vivências emocionais compartilhadas. Procura-se pensar o que está adoecido (a dupla, apenas um dos membros do casal ou ambos individualmente). Quando a lógica da interdependência entre os parceiros estiver calcada em um equilíbrio rígido, com escassa interação criativa e insuficiente promoção de desenvolvimento emocional, a indicação dessa modalidade de tratamento deve ocorrer (Machado, Sei, & Zanetti, 2016).

Não se trata de negar as patologias e os sofrimentos individuais, mas de avaliar o que se apresenta como emergência afetiva na conjugalidade. Caso esteja evidente a presença de um sofrimento pertencente à dimensão vincular/intersubjetiva, devemos legitimar e encaminhar esse tipo de demanda para uma escuta de casal, especializada na compreensão do tipo de estrutura vincular que interfere diretamente no funcionamento psíquico dos sujeitos envolvidos (R. N. Machado et al., 2018, p. 11).

Zuanazzi e Sei (2014) pontuam a necessidade de o terapeuta investigar a história de vida do casal ou da família e deslocar o olhar do paciente identificado, usualmente o portador da patologia da família como um todo, para se contemplar o casal ou a família de forma mais ampla. Por fim, tomando conceitos da psicanálise, cuidar da transferência-contratransferência, para um adequado manejo e favorecimento da continuidade do processo terapêutico.

2.6.4. Abordagem cognitivo-comportamental

Durante os anos 1990 e início dos anos 2000, foram produzidos estudos à luz da teoria cognitivo-comportamental, partindo-se de premissas comportamentais, investigando os efeitos dos programas de prevenção e das técnicas de psicoeducação, individuais e em grupo. Esses primeiros estudos também comparavam os resultados de diferentes abordagens. Isto é, comparavam a terapia comportamental de casal com a similar cognitivo-comportamental (Fleury & Abdo, 2016).

A abordagem cognitivo comportamental é usualmente estruturada como de curta duração voltada para o presente, voltada para a solução de problemas atuais e modificação de pensamentos e comportamentos disfuncionais. Segundo Beck e Haigh (2014, cit in Cizil & Beluco, 2019), no modelo cognitivo é proposto que o pensamento disfuncional (que influencia o humor e o pensamento do paciente) é comum a todos os transtornos psicológicos. As pessoas obtêm melhora em seu estado emocional e no

comportamento quando aprendem a avaliar seu pensamento de forma mais realista e adaptativa.

A Terapia Cognitivo-Comportamental se utiliza da análise dos pensamentos e dos comportamentos, evidenciando os pensamentos disfuncionais, para ajudar as pessoas a superarem seus problemas emocionais (Cizil & Beluco, 2019).

Silva & Paro (2018) notam que alguns aspectos dos estados de crises requerem estratégias especiais de intervenção. Para isso, há a necessidade da habilidade do terapeuta de casal na avaliação e no tratamento dessa crise, que frequentemente tem que intervir rapidamente para estabilizar o desequilíbrio do casal, antes que eles se concentrem em modificações a situações mais crônicas. A modalidade da terapia de Beck se centra na modificação dos pensamentos disfuncionais que determinam o estado de humor, o afeto e o comportamento dos indivíduos.

De tal modo que, desde sua criação, “a modalidade da terapia de Beck vem sendo utilizada em vários tratamentos de diferentes problemas, inclusive nas questões de casais em desalinho”. Nesse percurso, a abordagem comportamental teve grande influência no desenvolvimento de técnicas utilizadas (Peçanha & Rangé, 2008 cit in Silva & Paro, 2018, p. 1).

PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO III - Método

3.1. Introdução

Neste capítulo, serão demonstrados os objectivos definidos para a investigação empírica, bem como os participantes e os critérios de inclusão e exclusão, os instrumentos utilizados e os procedimentos da recolha dos dados.

Na presente investigação, foi utilizado o método qualitativo, com o uso de um questionário (Cf. anexo F) que serviu como guião para a entrevista no ato da recolha dos dados. O uso de questionário para nortear a entrevista, segundo Severino (2016, p.134) é conhecido como entrevistas estruturadas em que “as questões são direccionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões mais facilmente categorizáveis, são assim muito úteis para o desenvolvimento de levantamento social”.

No que diz respeito à metodologia qualitativa, esta visa à captação do significado subjetivo das questões a partir das perspetivas dos participantes (Flick, 2013).

3.2. Objectivos

Os objectivos delimitados para essa investigação dialogam diretamente com o referencial teórico que busca elucidar sobre o tema: SEPARAÇÃO DE CASAL: entre a satisfação conjugal e a separação judicial.

O objectivo geral dessa investigação visa a analisar por que as pessoas insatisfeitas com a relação conjugal permanecem casadas ou permaneceram casadas por mais de seis meses e se separaram.

E os objectivos específicos:

1. Analisar o perfil das pessoas que continuam casadas e/ou passaram mais de seis meses casadas e insatisfeitas com a relação conjugal.
2. Diagnosticar a insatisfação da relação conjugal dos casais que ainda permanecem casados;
3. Analisar as representações quanto às perdas e aos ganhos, insatisfeitos com a relação conjugal;
4. Averiguar as consequências desta insatisfação;
5. Analisar como as pessoas fundamentam as suas decisões de se separarem ou permanecerem casadas apesar das insatisfações.

3.3. Questões de Investigação

Com base nos objectivos propostos, surge o seguinte questionamento: Por que as pessoas insatisfeitas com a relação conjugal permanecem ou permaneceram casadas por mais de seis meses?

3.4. Amostra, Instrumentos e Procedimentos

3.4.1. Participantes

Foi utilizada uma amostra por conveniência, que, segundo Bussab e Morettin (2002), são os elementos selecionados disponíveis para a análise. No processo de recolha dos dados, participaram da investigação cerca de 6 (seis) casais, sendo que 3 (três), permanecem casados e 3 (três) casais passaram mais de seis meses casados e insatisfeitos com a relação e depois se separaram.

3.4.2. Critérios de Inclusão

Como critérios de inclusão, haverá dois grupos, um que contará com participantes que permaneceram casados e o outro grupo, formado por aqueles que permaneceram casados por mais de seis meses, insatisfeitos com a relação e depois se separaram.

3.4.3. Critérios de Exclusão

Como critério de exclusão, encaixam-se todos os pacientes do pesquisador, conforme orientação ética da investigação.

A amostra por conveniência desta investigação é composta por 6 casais divididos em dois grupos:

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos casais participantes

| | Casal 1 | | Casal 2 | | Casal 3 | | Casal 4 | | Casal 5 | | Casal 6 | |
|---------------------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) | (F) | (G) | (H) | (I) | (J) | (K) | (L) |
| Idade | 29 | 51 | 31 | 39 | 41 | 56 | 41 | 41 | 60 | 64 | 36 | 52 |
| Gênero | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. |
| Estado Civil | Casada | Casado | Casada | Casado | Casada | Casado | Separada | Separado | Separada | Separado | Separada | Separado |

3.4.4. Caracterização da Amostra

No que concerne à caracterização da amostra, três casais se mantiveram casados e três casais se separaram. Dos casais que se mantiveram casados, o primeiro casal tem entre 29 e 51 anos, já o segundo casal entre 31 e 39 anos e, o terceiro, tem entre 41 e 56 anos. Daqueles que se encontram separados a variação de idade vai de 41 a 64 anos.

3.5. Instrumento utilizado na investigação

3.5.1. Entrevista de Investigação (EI)

A entrevista ocorreu com o apoio de um guião de perguntas que nortearam a entrevista. Foram criados dois questionários, sendo um para serem aplicados aos casais insatisfeitos com a relação e o outro, aos casais que permaneceram insatisfeitos com a

relação por mais de seis meses. Insta salientar que esse instrumento foi criado, exclusivamente, para essa investigação, com o objectivo de responder aos questionamentos propostos na investigação com base no referencial teórico sobre a temática.

A entrevista como recolha de dados, segundo Yin (2016, p.118) “envolve a interação entre um entrevistador e um participante. Entrevistas estruturadas roteirizam cuidadosamente essa interação.”

Ambos os questionários utilizados para conduzir a pesquisa, possuem 3 questões descritivas. O primeiro questionário trata de perguntas sobre a contextualização dos participantes. O segundo questionário se encontra direccionado para a demanda do grupo 1, aqueles que permaneceram casados e insatisfeitos com a relação. E o terceiro questionário se dirige ao segundo grupo, ou seja, aqueles insatisfeitos com a relação e se separaram.

3.6. Procedimentos

A entrevista ocorreu de forma gradual, ou seja, primeiramente foram apresentados aos casais o projeto e os objectivos inerentes a esta investigação. Os participantes foram inicialmente contactados por sua psicóloga para saber de suas disposições em participarem da pesquisa e, depois, eram contactados pelo pesquisador para confirmação de seus consentimentos prévios.

Cada participante escolheu o local, dia e horário, de acordo com suas conveniências, para a realização de sua entrevista de modo a lhes permitir a livre manifestação com o sigilo devido. Na data e hora agendada com o pesquisador, ao

iniciar a entrevista, este expunha o objeto da pesquisa e as garantias legais sobre o sigilo.

Nesta oportunidade, o participante era indagado sobre sua disposição em participar da pesquisa e, assim, foi-lhe apresentado o documento de livre consentimento para a devida assinatura do termo (Cf. anexo E). Adotadas todas as cautelas devidas, o pesquisador informava ao participante que seriam feitas três perguntas sequencialmente e que ele ou ela ficasse “à vontade” para respondê-las, ao seu modo, cada uma das indagações.

Após o término de cada resposta, o entrevistador passava à questão seguinte. Ao final da terceira questão, o entrevistador facultava ao entrevistado a possibilidade de acrescentar algo a mais ao que foi perguntado e que fosse de seu interesse dizer.

Ao final de cada entrevista, o pesquisador colocava-se à disposição para responder alguma dúvida do entrevistado e ajudá-lo, caso a entrevista tivesse gerado alguma situação emocional danosa. Toda a entrevista foi gravada com o prévio consentimento de cada participante.

3.7. Análise e Discussão de Resultados

3.7.1. Resultados provenientes da Entrevista

Para a análise da Entrevista estabeleceram-se a categorização e a subcategorização dos resultados com base na literatura de Bardin (2016). Segundo a autora, “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos” (p.123).

Com o intuito de preservarmos a identidade dos participantes, serão utilizadas as letras do alfabeto (A ,B ,C , D, E, F, G, H, I, J, K e L) sendo que cada duas letras, caracterizam um casal: C1 (A/B); C2 (C/D); C3 (E/F); C4 (G/H); C5 (I/J) e C6 (K,L), respectivamente.

3.7.2. Pessoas Casadas Insatisfeitas com a relação

Para analisar as ECs dos respectivos casais que permanecem casados e insatisfeitos com a relação, primeiramente foi preciso fazer uma breve análise do conteúdo que desencadeou em diversas subcategorias originadas da categoria de Satisfação Conjugal.

Categoria Satisfação Conjugal

3.7.2.1. Interpretação dos resultados obtidos com o casal C1:

Tabela 2. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C1

| Categoria | Subcategorias | Casal C1 (A e B) |
|---------------------|---|---|
| Satisfação Conjugal | A-Motivos que fazem permanecerem casados | <p>A - Sim, é (pausa) não necessariamente de ordem de prioridade, mas um ponto que não pode ser negado – filhos. (...) eu preciso me organizar financeiramente e emocionalmente para poder sair com menos (pausa) traumas, certo. (...) Emocional, filhos, financeiro, certo! E também questões de (pausa) muitas vezes, você se vê perdido, em ficar só depois de uma separação. Então, pra mim, isto também é um ponto que (pausa), como seria este recomeço, após um término? Certo? Então esse também é um grande medo de como (pausa) são 3 filhos, sou eu, como é que eu vou conseguir, lidar e organizar para que nada falte, as crianças não sofram e nem eu, então minimizar isto.</p> <p>B - A união, ela tem os filhos, a gente, os filhos, quem é casado que tem filhos, que às vezes pesa o amor com os filhos. Outra é a maturidade do relacionamento, não é. Eu vejo que ao longo dos anos existe aqueles 3 tipos: paixão, amor e sentimento, respeito e dedicação. (...) E assim, ao longo dos anos, eu vejo que o amor aos filhos, o amor à união, o amor à família, a dádiva de Deus, que é a família. Então é assim, eu acho que colocando Deus acima de tudo, a relação seja mais duradoura e mais eficaz para ter sucesso.</p> |
| | B- Percepção da convivência com o cônjuge | <p>A - Emocionalmente é terrível. Porque ninguém muda o outro. Então, são (pausa) são características que eu sei que não vai haver no casamento. Você (pausa) a pior angústia é você saber que aquele ponto é imutável. (...) Hoje em dia eu foco nos filhos, foco no trabalho, foco numa academia, foco nos meus pais. Mas, e eu tento desvirtuar o foco da minha vida que antigamente era no casamento, para estes outros focos.</p> <p>B - Casado desta forma com críticas, e altos e baixos que esta vida leva a gente, eu acho que (pausa) assim, temos que aceitar os erros do outro, temos que muitas vezes fechar os olhos, tapar os ouvidos e ter, dar relevância às vezes, as coisas que acontecem, porque assim todos nós temos atitudes diferentes, pensamentos diferentes.</p> |

| | | |
|--|------------------------------------|---|
| | C- Percepção de si na relação | <p>A - Estranho, porque deixa de ser um companheiro para ser uma companhia. É uma pessoa que está ali, mas (pausa) você não sabe até que ponto (pausa) você pode contar, você pode estar, você pode se abrir.</p> <p>B- Você muitas vezes criticar alguém que às vezes é você que está com problemas, você que está com aquele vamos dizer mal-estar de colocar a outra pessoa na infelicidade.</p> |
| | D – Decisão em se manterem casados | <p>A – É a questão dos filhos: tenho uma filhinha de quase um ano.</p> <p>B – A gente, os filhos, quem é casado que tem filhos, que às vezes é o amor com os filhos.</p> |
| | E – Sentimento na relação | <p>A- Eu não consigo desvincular. Existe um vínculo emocional.</p> <p>B- Ainda existem aqueles 3 tipos: paixão, amor e sentimento, respeito e dedicação.</p> |

No que diz respeito à primeira subcategoria **“motivos que fazem permanecerem casados”**, (A) referiu-se como justificativa de permanecer casada, em primeiro momento os filhos, seguidos da sua organização financeira, temendo não conseguir organizar a vida de divorciada *“...eu preciso me organizar financeira e emocionalmente para poder sair com menos (pausa) traumas, certo. (...) Emocional, filhos, financeiro, certo! E também questões de (pausa) muitas vezes, você se vê perdido, em ficar só depois de uma separação.”*, sendo que (B) reforçou a união que tem com os filhos e o amor que ele sente pela família, não demonstrando, assim, os mesmos motivos que a mulher: *“ao longo dos anos, eu vejo que o amor aos filhos, o amor à união, o amor à família, a dádiva de Deus, que é a família”*.

Sobre a segunda subcategoria **“percepção da convivência com o cônjuge”**, (A) demonstrou, em sua resposta, uma certa dificuldade de convivência, *“Emocionalmente é terrível. Porque ninguém muda o outro.”*, e na mesma linha, seu esposo (B)

demonstrou também essa dificuldade “(...) temos que muitas vezes fechar os olhos, tapar os ouvidos e ter, dar relevância às vezes a coisas que acontecem, porque todos nós temos atitudes diferentes”.

No que tange a terceira subcategoria **“percepção de si na relação”**, as respostas foram diferentes entre os cônjuges, para (A) a ausência do companheiro ficou evidenciada na sua fala “estranho, porque deixa de ser um companheiro para ser uma companhia. É uma pessoa que está ali, mas (pausa) você não sabe até que ponto (pausa)”, enquanto para (B) os problemas que influenciam a relação, como descreveu *“você muitas vezes criticar alguém que às vezes é você que está com problemas, você que está com aquele vamos dizer mal-estar de colocar a outra pessoa na infelicidade”*.

A subcategoria **“decisão em se manterem casados”**, ambos mencionaram os filhos como justificativa de se manterem casados, como relatou (A) *“É a questão dos filhos: tenho uma filhinha de quase um ano”* e para (B) *“a gente, os filhos, quem é casado que tem filhos, que às vezes é o amor com os filhos”*.

E, na última subcategoria, o **“sentimento na relação”** para (A) há a presença de um sentimento forte *“eu não consigo desvincular. Existe um vínculo emocional”*. E para (B) também não foi diferente *“ainda existem aqueles 3 tipos: paixão, amor e sentimento, respeito e dedicação”*.

Corroborando o que foi discorrido pelo casal, Wagner e Mosmann (2006) acreditam que os conflitos não surgem de imediato, eles vão se consolidando pouco a pouco com a rotina do casal. A rotina pode contribuir com o amadurecimento ou com o fracasso da relação, e isso só dependerá de cada sujeito e a sua interação com o outro.

3.7.2.2. Interpretação dos resultados com o casal C2:

Tabela 3. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C2

| Categoria | Subcategorias | Casal C2 (C e D) |
|---------------------|---|--|
| Satisfação Conjugal | A- Motivos que fazem permanecerem casados | <p>C - Sim. Primeiro, porque a gente se ama, segundo porque a gente se respeita, a gente tem muito cuidado nas discussões da gente para não deixar perder o respeito e terceiro os filhos, nós compartilhamos muitos momentos bons, entre (pausa) só a gente e com os filhos também. E os defeitos e as coisas ruins, as insatisfações se tornam bem pequenas diante de tudo isto, dá para tolerar.</p> <p>D - E mesmo com inúmeras divergências que eu tenho com minha esposa, todos estes outros pilares quando um falta, os outros estão lá. Eu sei que eu posso contar com ela em inúmeros momentos de minha vida, nos momentos ruins, nos momentos bons, nos momentos de saúde, nos momentos de doença. Eu acho que (pausa) isto é mais importante do que qualquer outra coisa.</p> |
| | B- Percepção da convivência com o cônjuge | <p>C - Posso definir como uma insatisfação pequena, uma insatisfação, é (pausa) não chega a incomodar tanto, como eu falei (...).</p> <p>D- Nos momentos que há a divergência, que há a briga, que há o confronto, é isso, a pergunta?</p> <p><i>(Fabiano explica a pergunta e repete a questão)</i> Eu acredito que com os problemas que a gente vem passando sejam para amadurecer, servem de experiência, de aprendizado. E eu costumo (pausa) no que der para ceder, eu ceder.</p> |
| | C- Percepção de si na relação | C - Uma insatisfação assim acerca dos defeitos da pessoa, talvez de uma idealização minha, de querer que a pessoa seja do jeito que eu quero, do jeito que eu idealizo. |

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| | | D - Atravessando este caminho que às vezes é tortuoso, eu posso falar por mim, que eu amadureci muito junto com ela. |
| | D – Decisão em se manterem casados | C – Nós compartilhamos muitos momentos bons, entre só a gente e com os filhos também. D – A cumplicidade, a confiança, a cordialidade e o respeito. |
| | E – Sentimento na relação | C – As insatisfações se tornam bem pequenas diante de tudo, dá para tolerar. D – Eu posso contar com ela em inúmeros momentos de minha vida. |

Em relação ao Casal C2, sobre a primeira subcategoria **“motivos que fazem permanecerem casados”**, para (C) o que mais prevaleceu foi o amor que ela sente pelo esposo e o respeito: *“primeiro, porque a gente se ama, segundo porque a gente se respeita, a gente tem muito cuidado nas discussões da gente para não deixar perder o respeito e terceiro os filhos”*, já para (D) o sentimento de poder contar com ela foi o que prevaleceu em suas respostas ao longo da entrevista, *“eu sei que eu posso contar com ela em inúmeros momentos de minha vida, nos momentos ruins, nos momentos bons, nos momentos de saúde, nos momentos de doença”*.

Para Weiss e Heyman (1997), o respeito pela individualidade e a disponibilidade de ambos para resolução das divergências fazem com que prevaleça a relação do casal e com isso, a harmonia familiar, considerada o pilar de uma relação.

Sobre a segunda subcategoria, **“percepção da convivência com o cônjuge”**, para (C) *“uma insatisfação pequena (...) não chega a incomodar.”*. Já para (D) *“divergência, que há briga (...)”*.

No que diz respeito à terceira subcategoria, **“percepção de si na relação”**, para (C) *“a insatisfação assim acerca dos defeitos da pessoa, talvez de uma idealização minha, de querer que a pessoa seja do jeito que eu quero”*.

Em relação à **“decisão em se manterem casados”**, para (C): *“compartilhamos muitos momentos bons”*, e, nessa mesma linha, foi a resposta do cônjuge (D): *“a cumplicidade, a confiança, a cordialidade e o respeito”*.

Para o **“sentimento na relação”**, foi possível perceber nos relatos que a insatisfação não era grande a ponto de interferir profundamente na relação, para (C): *“se tornam bem pequenas diante de tudo, dá para tolerar”*, e (D): *“posso contar com ela em inúmeros momentos da minha vida”*.

3.7.2.3. Interpretação dos resultados com o casal C3

Tabela 4. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C3

| Categoria | Subcategorias | Casal C3 (E e F) |
|---------------------|--|---|
| Satisfação Conjugal | A – Motivos que fazem permanecer casados | <p>E - É (pausa) o que me faz ficar casada, é (pausa) primeiro é o sentimento, eu gosto dele, é segundo pela família que eu constituí e terceiro pelo que eu construí com ele, também. (...) Porque eu acho que quando a mulher é independente ela aguenta muito menos do que uma mulher que vive em um relacionamento, que trabalha com o marido, que depende totalmente dele, isto é um fator bem relevante, que eu acho também, e pra mim também é relevante.</p> <p>F - Mas, eu acho que basicamente é amor. E também o peso da insatisfação é menor que o peso da satisfação, porque na hora que isto inverte, não tem como.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | |
| | B-Percepção da convivência com o cônjuge | <p>E – (...) não é fácil, é (pausa) muitos altos e baixos, e como havia lhe falado na pergunta anterior, a questão financeira pesa demais. E talvez, se cada um tivesse sua vida particular, seria muito mais fácil do que ter uma vida totalmente é (pausa) juntas, seja ela financeira, sentimental, com os filhos. Isto eu acho que complica muito mais... e (pausa) é isto.</p> <p>F - Logo quando você está na insatisfação é muito ruim. Mas, quando isto vira passado, quando você consegue revitalizar de novo o casamento, a relação, isto vira um aprendizado, isto vira um crescimento individual, porque sempre em uma relação, nenhum dos dois tem total razão (...).</p> |
| | C-Percepção de si na relação | <p>E – Não mencionou a percepção de si.</p> <p>F – (...) quando você tem sua razão e a outra pessoa tem a razão dela. Então, quando você consegue conciliar isto para um lugar só, acho que todos os dois saem mais amadurecidos.</p> |
| | D – Decisão em se manterem casados | <p>E – Pela família que eu constituí e terceiro pelo o que eu construí com ele, também.</p> <p>F – Porque você gosta da pessoa, não é, gosta do sentimento que tem.</p> |
| | E – Sentimento na relação | <p>E – Primeiro é o sentimento, eu gosto dele.</p> <p>F – Basicamente é amor. E também o peso da insatisfação é menor.</p> |

Já para o Casal C3, sobre a subcategoria “**motivos que fazem permanecerem casados**”, para (E) “*é o sentimento, eu gosto dele (...) pela família que eu constituí e pelo o que eu construí com ele*”, nessa mesma linha foi a resposta do seu cônjuge (F) “*basicamente é o amor*”.

Weiss e Heyman (1997) corroboram o casal, ao discorrerem sobre as estratégias positivas que envolvem o respeito à individualidade de cada um dos cônjuges, contribuindo, assim, com a resolução das divergências que possam surgir. Com isso, o respeito e o acolhimento fazem com que o sentimento de afeto e amor prevaleça com mais força do que os conflitos que surgirão ao longo da relação.

Sobre a segunda subcategoria, **“percepção da convivência com o cônjuge”**, (E) demonstrou em sua resposta uma certa dificuldade na convivência *“não é fácil (...) a questão financeira pesa demais”*, embora a questão financeira seja, para a esposa, o ponto mais crucial, para ele há uma certa insatisfação (F) *“você estar na insatisfação é muito ruim. Mas, quando isto vira passado, quando você consegue revitalizar de novo o casamento, a relação vira um aprendizado.”*

No que diz respeito a terceira subcategoria, **“percepção de si na relação”**, nessa subcategoria a esposa (E) não mencionou essa percepção, já (F) somente colocou a razão de cada um: *“quando você tem sua razão e a outra pessoa tem a razão dela.”*

Em relação à **“decisão em se manterem casados”**, enquanto que para a esposa há a família e os bens adquiridos, (E): *“pela família que eu constituí e pelo que construí com ele”*, para o cônjuge a única coisa mencionada era o sentimento que ele tinha por ela, (F): *“porque você gosta da pessoa, não é, gosta do sentimento que tem”*.

Para o **“sentimento na relação”**, ambos demonstraram a existência do amor entre eles, (E): *“Primeiro é o sentimento, eu gosto dele”*, e (F): *“Basicamente é amor. E também o peso da insatisfação é menor”*. Esse sentimento reforça o que disse Cunha (2006, p. 268): *“perceber estas diferenças é abrir uma perspectiva de abordagem dos conflitos que passa pelo diálogo, a procura de acordos, a exploração de objectivos comuns – numa palavra, falamos de solução construtiva de conflitos.”*

3.7.3. Pessoas Separadas que permaneceram insatisfeitas com a relação por mais de 6 meses

Categoria Insatisfação Conjugal – Separação

3.7.3.1. Interpretação dos resultados com o casal C4

Tabela 5. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C4

| Categoria | Subcategorias | Casal C4 (G e H) |
|-----------------------|---|--|
| Insatisfação Conjugal | A-Motivos que fizeram permanecerem casados por mais de 6 meses e se separaram | <p>G – Posso sim. (...) com mais ou menos 10 anos, 10 anos e pouco de casada eu comecei a perceber que alguma coisa estava errada. Eu acho que aí que identifico a primeira razão para eu ter permanecido casada por mais de 6 meses, mesmo insatisfeita (...) é a dificuldade que a gente tem de entender que alguma coisa está errada dentro da relação, e mesmo assim, depois de entender, eu acho (pausa) eu levei um bom tempo para aceitar. (...) a tentativa de recuperar, de voltar a me sentir satisfeita, porque além de casada eu também queria ser feliz dentro da relação, os filhos. (...) minha ligação com a religiosidade me fez permanecer casada por mais de 6 meses.</p> <p>H – (...) foi o medo da perda da convivência com meus filhos, isto aí é um processo doloroso, foi um processo muito doloroso, e até hoje tem reflexos.</p> |
| | B-Motivos que originam o conflito | <p>G – Não foi mencionado.</p> <p>H – As diferenças (...) ela com a vida dela, com os costumes dela, a educação dela e, por outro lado, eu, com minha vida, meus costumes.</p> |
| | C- Percepção sobre o momento da dissolução do | G - Foi a melhor decisão sim, porque depois desse ano, deste período que eu vivi ainda que insatisfeita na relação, eu cheguei à conclusão de que esta seria a melhor opção para mim. |

| | | |
|--|-----------|---|
| | casamento | H – Indiscutivelmente, nós descobrimos eu e minha ex-esposa, de que nem ela foi feita para mim, eu nesse ponto de vista meu, e também, com certeza (...) ela descobriu que eu não fui feito para ela. |
|--|-----------|---|

Sobre a subcategoria “**motivos que fizeram permanecerem casados por mais de 6 meses e se separaram**”, ambos os elementos do C6 mencionaram a convivência com os filhos, para (G): “ (...) *a tentativa de recuperar, de voltar a me sentir satisfeita, porque além de casada eu também queria ser feliz dentro da relação, os filhos. (...) minha ligação com a religiosidade me fez permanecer casada por mais de 6 meses*”. Percebe-se, na fala da esposa, que houve uma tentativa em recuperar o matrimônio, e com isso ela cita tanto os filhos quanto a religião. Já para (H), esse elencou apenas a relação com os filhos: (H) “(...) *foi o medo da perda da convivência com meus filhos, isto aí é um processo doloroso, foi um processo muito doloroso, e até hoje tem reflexos*”.

Diante do exposto, Cunha e Lopes (2011) defendem a mediação para a resolução dos conflitos. Para os autores, é importante evitar as lutas destrutivas que levam as relações ao fracasso, sendo importante a busca da cooperação e da flexibilização.

Corroborando o que foi discorrido pelo casal, as estratégias de resolução dos conflitos conjugais são defendidas também por Costa, Cenci e Mosmann (2016) quando conceituam essas estratégias como atitudes e comportamentos utilizados pelo casal ou por um deles, de modo que possam viabilizar a resolução dos conflitos que surgem ao longo da relação. Com isso, é possível sustentar por mais tempo uma relação conflituosa.

No que diz respeito à subcategoria “ **motivos que originam o conflito**”, a (G) não chegou mencionar o que de fato ocasionava o conflito entre eles, mas, para seu esposo, a diferença cultural se mostrou mais em evidência, para ele: (H) “*As diferenças (...) ela com a vida dela, com os costumes dela, a educação dela e por outro lado eu, com minha vida, meus costumes*”.

Fiorin, Patias & Dias (2011), sobre os motivos que levam ao surgimento dos conflitos, são categóricos ao dizerem que as expectativas estão imbuídas nos casais, e, quando essas se tornam mais latentes em sua contradição (dedicar-se a alguma coisa de forma intensa – escola, trabalho, filhos), desencadeiam rapidamente os problemas entre eles, levando-os às discussões familiares.

Em relação à “**percepção sobre o momento da dissolução do casamento**”, a percepção do casal foi unânime quando ambos concordaram ter sido a melhor decisão feita por eles. Para (G): “*Foi a melhor decisão sim, porque depois desse ano, deste período que eu vivi, ainda que insatisfeita na relação, eu cheguei à conclusão de que esta seria a melhor opção para mim*”. Ainda, reforçando o discurso da ex-esposa, (H): “*Indiscutivelmente, nós descobrimos eu e minha ex-esposa, de que nem ela foi feita para mim, eu nesse ponto de vista meu, e também, com certeza (...) ela descobrir que eu não fui feito para ela*”.

Para Féres-Carneiro, Ziviani & Magalhaes (2011), quando a relação não se mostra inteira e os cônjuges têm planos e sonhos diferentes, o processo da quebra da relação e do surgimento dos conflitos se tornam mais latentes. E, com isso, o relacionamento conjugal vai se tornando insustentável.

3.7.3.2. Interpretação dos resultados com o casal C5

Tabela 6. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C5

| Categoria | Subcategorias | Casal C5 (I e J) |
|-----------------------|---|---|
| Insatisfação Conjugal | A-Motivos que fizeram permanecer casados por mais de 6 meses e se separaram | <p>I – (...) se ausentava a maioria do tempo na época (...) um dos motivos, e mais agravante, foi em relação ao trabalho, pois ele teve um insucesso na empresa em que ele trabalhava, e traz o desgaste pessoal dentro da família.</p> <p>J – Quando um casamento vem se desengrolhando, né, a meu ver primeiro você começa a perder o encanto, a admiração. (...) eu ficava vendo a família, a segurança da família e via que aquela pessoa também não era a pessoa de eu me envolver, mas foi perdendo o encanto também.</p> |
| | B-Motivos que originam o conflito | <p>I – (...) não posso dar com precisão o que teria sido.</p> <p>J – Não demonstrou.</p> |
| | C-Percepção sobre o momento da dissolução do casamento | <p>I – (...) foi esse distanciamento da convivência do dia a dia do casal.</p> <p>J – (...) chega uma hora que você sabe que não é aquilo que você quer.</p> |

Sobre a subcategoria **“motivos que fizeram permanecer casados por mais de 6 meses e se separaram”**, para a ex-esposa o insucesso profissional do esposo foi o que ela considerou o motivo que fez com que ela continuasse ao lado dele, (I): *“(...) se ausentava a maioria do tempo na época (...) um dos motivos e mais agravante foi em relação ao trabalho, pois ele teve um insucesso na empresa em que trabalhava, e traz o desgaste pessoal dentro da família”*, contudo, para o ex-marido o motivo de ficar por mais de 6 meses casados envolviam a família e a segurança que ela transmitia a ele, (J): *“(...) eu ficava vendo a família, a segurança da família e via que aquela pessoa também*

não era a pessoa de eu me envolver, mas foi perdendo o encanto também”. Embora o discurso seja diferente, ambos buscavam preservar a família e, por isso, que sustentaram um casamento por mais de 6 meses.

Fazendo uma ponte sobre o que foi discorrido pelos participantes, Delatore (2015) salienta que os conflitos muitas vezes estão atrelados à organização do casal e principalmente, às horas de trabalho. Essas podem influenciar diretamente na relação de ambos, como se verificou no discurso da ex-esposa.

Já em relação à subcategoria **“motivos que originam o conflito”**, enquanto (I) não sabia ao certo como se dava o conflito: *“(...) não posso dar com precisão o que teria sido”*, seu ex-marido não listou nenhum motivo.

Sobre o que originam os conflitos, para Mosmann, Wagner e Féres-Carneiro (2006), eles não são considerados acontecimentos incomuns, os conflitos são encontrados em qualquer tipo de relação, seja ela mais próxima ou não. O que varia, segundo os autores, é a intensidade deles, como percebemos ao longo da análise.

Em relação a **“percepção sobre o momento da dissolução do casamento”**, para (I), o distanciamento da relação foi o motivo principal da dissolução do casamento, para ela *“foi esse distanciamento da convivência do dia a dia do casal”*, e para (J): *“(...) chega uma hora que você sabe que não é aquilo que você quer”*.

3.7.3.3. Interpretação dos resultados com o casal C6

Tabela 7. Análise de Conteúdo das EC realizadas com o casal C6

| Categoria | Subcategorias | Casal C6 (K e L) |
|-----------|-----------------------|--|
| | A-Motivos que fizeram | K – Filhos, medo e insegurança. Estas foram as razões específicas. L - Passei mais de seis meses insatisfeito |

| | | |
|--------------------------|---|--|
| Insatisfação Conjugal | permanecerem casados por mais de 6 meses e se separaram | porque queria conviver com as minhas filhas. |
| | B-Motivos que originam o conflito | K- Não relatou. L- Não relatou. |
| | C-Percepção sobre o momento da dissolução do casamento | K – Não relatou. L – Não relatou. |

Sobre a subcategoria **“motivos que fizeram permanecerem casados por mais de 6 meses e se separaram”**, o motivo que ambos consideraram forte, a participante (K) relatou: “Filhos, medo e insegurança. Estas foram as razões específicas”. E para (L) “Passei mais de seis meses insatisfeito porque queria conviver com as minhas filhas”.

Motivações como a estabilidade familiar são também demonstradas por Costa, Penso, Legnani e Sudbrank (2009), ao vincularem os homens ao papel de proteção da família. Para os autores, os homens entram com a estabilidade familiar, e as mulheres, com os sentimentos de paixão e cuidado pela família; ambos têm o mesmo interesse com base na educação e cuidado dos filhos, quando havidos no casamento.

No que diz respeito à terceira subcategoria **“motivos que originaram o conflito”**, não foi possível verificar nos relatos nenhum motivo elencado por eles.

Em relação à **“percepção sobre o momento da dissolução do casamento”**, não foi possível verificar nos relatos nenhuma percepção de ambos para que ocorresse a dissolução do casamento.

Conclusões

Uma relação conjugal de qualidade depende de padrões que os cônjuges vêm estabelecendo no processo de conhecimento e vivência. Esses padrões não surgem com o intuito de enrijecer a relação e sim, como laços que fortalecem o casal para o enfrentamento das diversidades (Féres-Carneiro & Diniz- Neto, 2008a).

Diante disso, a investigação pôde contemplar, com base nos resultados obtidos pelas entrevistas, categorias e subcategorias para os dois grupos investigados. Para o primeiro grupo, em que constam 3 casais que são insatisfeitos com a relação e ainda se mantêm casados, temos a categoria satisfação, que teve a sua subdivisão em: A- Motivos que fazem permanecerem casados; B- Percepção da convivência com o cônjuge; C- Percepção de si na relação; e D- Decisão em se manterem casados.

Em relação ao segundo grupo de participantes, que compõe a insatisfação conjugal e a separação, temos a categoria insatisfação conjugal, e sua subdivisão ficou em: A- Motivos que fizeram permanecerem casados por mais de 6 meses e se separaram; B- Motivos que originaram o conflito e C- Percepção sobre o momento da dissolução do casamento.

Quanto ao objectivo geral da pesquisa, que busca analisar por que as pessoas insatisfeitas com a relação conjugal permanecem casadas ou permaneceram casadas por mais de seis meses, esse foi cumprido com base nos relatos discorridos ao longo da análise da pesquisa.

Para responder ao questionamento sobre por que as pessoas insatisfeitas com a relação conjugal permanecem ou permaneceram casadas por mais de seis meses, foram feitas análises minuciosas às respostas dadas pelos participantes da amostra do presente estudo.

Em relação ao casal C1 (A e B) foi possível, por meio da análise dos discursos perceber uma insatisfação bem maior da mulher do que do ex-marido. Ela não conseguiu se adaptar ao casamento e vem se preparando, emocional e financeiramente, para sua dissolução. Enquanto o marido não fala em separação, mas em aceitação da situação do casamento, ela justifica que a permanência atual na relação tem por fundamento o fato de os filhos poderem contar com a presença do pai no lar e o peso da religiosidade, ou seja, os valores de sua religião interferem na sua decisão de estar casada. Contudo, ela afirmou estar se “fortalecendo” para poder se separar. Diante o exposto, foi possível verificar que esse tempo para ela tem um significado positivo, sendo considerado um tempo de crescimento e amadurecimento, enquanto o marido não fala em separação, mas na aceitação da relação na qual encontra o casamento. Justifica sua fala em três aspectos: filhos, sentido de família e religiosidade. Para ele é mais “vantajoso” permanecer casado. Assim, diante do nível de resiliência do marido e o sentido comum do casal (filhos, sentido de família, religiosidade), o processo de terapia pode levar o casal a níveis de satisfação que tornem a solução de permanência do casal viável, levando a responder aos questionamentos: já que existe um desejo não coincidente quanto à separação, poderia uma melhor comunicação entre o casal tornar comum a decisão de separação ou não? Ficam essas questões para futuras investigações.

Quanto ao casal C2 (C e D), diante das respostas é possível verificar que há uma aproximação de ambos os discursos. Entretanto, também um sentimento de medo em ficar só, por parte da mulher. Já o marido, esse se mostrou preocupado com a mudança de personalidade da esposa, após a vinda dos filhos. Ela passou, segundo ele, a ter pensamentos suicidas. Contudo, esse pensamento ou discurso suicida não foi demonstrado e nem relatado por ela. Há um aspecto que merece destaque neste casal: a responsabilização no cuidado com a relação. O discurso de ambos traz sempre um

significado positivo para a relação apesar de insatisfações apresentadas. Ela diz que as insatisfações são “frutos de idealizações” e que elas são corrigidas por meio da terapia. Por seu turno, ele também vê todo o processo como oportunidade de crescimento.

O casal C3 (E e F) demonstraram suas razões e definição de tempo bem parecidos no que diz respeito à percepção da convivência com o cônjuge, porém, há uma particularidade na fala da esposa quando esta reforça a dependência financeira sendo o maior motivo de sua permanência na relação. Com esse discurso, ela deixou transparecer que, se não houvesse esse motivo (dependência financeira), a realidade seria outra, ou seja, a separação. Contudo, faz uma equação de que estar casada, mesmo diante da insatisfação, é mais vantajoso. Ele diz que é o casal quem tem a responsabilidade de fazer com que a relação dê certo e fala que a resolução do conflito traz ganhos para o casal.

Já no casal C4 (G e H), o que mais se destacou nos discursos foi a fala da ex-esposa em ressaltar a importância do tempo entre a insatisfação e a separação, descrevendo o acompanhamento psicoterápico que teve durante o processo como fortalecimento emocional. Já o ex-marido não demonstrou essa positividade mencionada por ela. Ela define o período compreendido entre a insatisfação e a separação como um período de crescimento e fortalecimento, e ele define este período como “terrível”. Ela justifica o processo psicoterápico como fator que possibilitou esse período como positivo. Assim, é de se pensar e aprofundar no questionamento sobre a importância da terapia diante das insatisfações conjugais.

Para o casal C5 (I e J), houve diferenças pontuais nos discursos. Enquanto a ex-esposa sentiu a falta da convivência com o cônjuge devido à sua ausência em decorrência do trabalho externo; ele, por sua vez, colocou a dificuldade financeira e a perda do desejo sexual como um fator preponderante para a dissolução do casamento.

Registre-se que o casal identifica de forma diferente as causas que levaram à separação, o que nos faz refletir sobre a importância da comunicação entre o casal.

Para o último casal participante da pesquisa C6 (K e L), o tempo entre a insatisfação até a separação foi diferente. Ele chega a dizer que foi um tempo de “hibernação”, e que se soubesse que a separação traria o resultado que trouxe, haveria se separado antes. Ele chegou a essa conclusão depois de ver que a razão que o vinculava a permanecer casado insatisfeito era o bem-estar dos filhos e, depois de constatar que o seu medo não aconteceu, disse que não precisaria ter procrastinado a separação. Isso nos leva a pensar: diante de um possível prejuízo no bem-estar dos filhos, quantos casais permanecem casados insatisfeitos e depois da separação julgam que separar foi a melhor decisão? Seria um mito que poderia ser trabalhado em psicoterapia para evitar a submissão de um sofrimento indevido?

Ainda, o casal C6 (K e L) demonstrou a todo momento que a única coisa que os mantinha unidos eram os filhos. Para a ex-esposa, o que a manteve unida foi unicamente os filhos e que a dissolução da relação foi para ela o melhor caminho, porém, para ela, a separação a tornou mais infeliz. Contudo, para ele, a separação o tornou mais feliz.

Diante do processo da pesquisa empírica, identificaram-se diferenças quanto à satisfação conjugal entre os dois grupos de casal: o primeiro, cujos integrantes permaneceram casados, mesmo insatisfeitos, e o segundo, cujos componentes, depois de um período de insatisfação, resolveram se separar.

No primeiro grupo, composto pelos casais C1, C2 e C3, a insatisfação foi maior para duas das três mulheres que relataram ausência, problemas financeiros e dependência. Já o medo de ficar sozinho foi identificado apenas pelo casal C2, levando-os a permanecerem casados mesmo insatisfeitos.

Com isso, desse perfil traçado por esse grupo, foi possível contemplar o primeiro e o segundo objectivos específicos, a saber: 1. Analisar o perfil das pessoas que continuam casadas e/ou passaram mais de seis meses casadas e insatisfeitas com a relação conjugal. Aqui, verifica-se que os entrevistados que conseguem dar um significado de crescimento pessoal e aprendizado para o tempo da vivência da insatisfação afirmam que esse período é positivo. 2. Diagnosticar a insatisfação da relação conjugal dos casais que ainda permanecem casados. Nesse quesito, a mulher do casal C1 verbalizou não estar satisfeita com o comportamento do marido; a mulher do casal C2 trouxe para ela a responsabilidade da insatisfação ao dizer que tudo provinha de idealizações dela, tendo o seu esposo relatado uma mudança do comportamento da esposa a partir do momento em que se tornou mãe, e a mulher do casal C3 relatou sobre a dinâmica e a vivência da realidade financeira como causa da insatisfação.

Já no objectivo 3. Analisar as representações quanto às perdas e aos ganhos, insatisfeitos com a relação conjugal, para todos os casais que permaneceram casados, mesmo insatisfeitos, as perdas que foram elencadas, principalmente aquelas cuja mania do cônjuge estava presente, não foram categorizadas por eles como um grande problema. Para todos os casais que demonstraram essa insatisfação, os problemas são menores em relação aos valores familiares e à convivência.

Por outro lado, os casais entrevistados que vieram a se separar (C4, C5 e C6) afirmam que fizeram a coisa certa por terem tido ganhos, considerando a satisfação atual e por terem feito o que era necessário fazer.

Outro objectivo específico proposto na investigação, 4. Averiguar as consequências dessa insatisfação, foi igualmente contemplado. Para o casal C1, a insatisfação levou a esposa à busca de fortalecimento e levou o marido ao crescimento pela resiliência; para o casal C2, a insatisfação gerou, para a esposa, a oportunidade de

correção por meio da autorresponsabilização e, para o seu marido, serviu de amadurecimento pela resignificação. Para o casal C3, tanto para ela quanto para ele a insatisfação leva o casal ao crescimento pela superação, mesmo não sendo fácil. Para o casal C4, a insatisfação levou a esposa à busca de ajuda terapêutica o que possibilitou o seu crescimento, mas para ele gerou prejuízo emocional, a experiência tendo trazido prejuízo emocional. Para o casal C5, a insatisfação, para ela, levou à falência da relação, e, para ele, a insatisfação levou ao agravamento da dificuldade na relação. Para o casal C6, a insatisfação, para ela, trouxe muito sofrimento e, para ele, representou uma negação de si. Conclui-se que a insatisfação, para muitos casais, pode gerar frutos positivos, ou seja, ganhos pessoais e para o casal.

Quanto ao último objectivo específico, 5. Analisar como as pessoas fundamentam as suas decisões de separarem-se ou permanecerem casadas apesar das insatisfações, esse também se fez efetivo, uma vez que todo discurso proferido pelos casais apresentava sempre uma justificativa quanto à questão da insatisfação no casamento. Vejamos: no casal C1, a mulher afirmou que era o que ela “conseguia no momento”, ou seja, permanecer casada e que precisava e estaria se preparando para separar-se, já ele disse ter muito mais vantagem permanecer casado; no casal C2, ela afirmou ser um tempo de correção, e ele disse ser um tempo de crescimento; no casal C3, ela afirmou ter mais vantagem permanecer casada do que separar-se, e ele disse que era um tempo de crescimento; o casal C4, ela disse que a decisão de separar-se foi a melhor tomada, uma vez que vive a coerência com a verdade dela, passa valores para os filhos e vive a felicidade; ele afirmou que se separar foi a melhor decisão para ele, para ela e para os filhos; no casal C5, para ela, a separação foi o melhor, pois já havia o desgaste da relação e, para ele, não havia outra alternativa; para o casal C6: para ela a separação foi necessária, mas não lhe trouxe a felicidade. Já para ele, do casal C6 foi a

melhor decisão e “caso soubesse que teria as consequências que hoje vive, teria tomado a decisão de separar-se antes”. Como se vê, os fundamentos são vários e podem ser entendidos como “subjetivos.”

Como último registro é preciso salientar que a pesquisa evidenciou uma situação que merece especial registro: todos os entrevistados disseram que os filhos e o “sentimento de família” são a justificativa para permanecerem casados ou terem permanecido casados por mais de seis meses, diante da insatisfação. Temos por relevante esse dado aqui em destaque, o qual evidencia que, em muitos desses casais, a continuação na relação pode significar a manutenção de uma dada forma de parentalidade e não propriamente a aposta na vivência enriquecedora da conjugalidade.

Quanto às limitações da investigação, a seleção dos participantes e a recolha da amostra se deram com um número reduzido de pessoas que eram atendidas em um consultório particular, que não o do pesquisador, o que inviabilizava o acesso frequente para a pesquisa e os horários para o atendimento dos casais. Outra variável que pode ser também uma limitação é a faixa etária dos participantes, essa poderia atingir a um grupo maior com diversas diferenças na idade. E, por último, uma amostragem que possa contemplar casais dos diversos estados que compõem o Brasil, assim, seria possível aprofundar ainda mais na temática.

Já essa temática sobre a separação de casal que envolve satisfação conjugal e separação judicial poderá trazer inúmeros contributos a investigadores que buscam nessa linha o conhecimento e a compreensão mais aprofundados das relações conjugais. Espera-se que, com essa pesquisa, surjam elementos que possam auxiliar e contribuir de forma positiva para as relações conjugais.

Assim, essa investigação pode contemplar todos os objectivos elencados de forma assertiva, contribuindo, pois, para a efetivação de trabalhos futuros envolvendo essa temática.

Referências

- Alves-Silva, J. D., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2016). Conjugalidade e casamentos de longa duração na literatura científica. *Contextos Clínicos*, 9(1), pp.32-50.
- Alves, L. B. M. (2007). O reconhecimento legal do conceito moderno de família – o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha. *De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*.
- Andrade, A. L. D., Garcia, A., & Cano, D. S. (2010). Preditores da satisfação global em relacionamentos românticos. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 11(3).
- Araújo, T. R. P. P. d. (2015). *Interação sistêmica e desafios na sociedade conjugal e empresarial: Estudo com casais no Distrito Federal*. (Doutorado em Psicologia), Brasília, Universidade Católica de Brasília.
- Asse, J. F., & Garcia, M. R. (2018). Integrative Couple Therapy: uma proposta de intervenção com casais na terapia analítica comportamental. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, 23(45), pp.49-56.
- Bardin, L.(2016).*Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Beck, A. T., & Haigh, E. A (2014). Advances in cognitive theory and therapy: The generic cognitive model. *Annual Review of Clinical Psychology*, 10, 1-24
- Bradbury, T. N., Fincham, F. D., & Beach, S. R. H. (2000). Research on the nature and determinants of marital satisfaction: A decade in review. *Journal of Marriage and the Family*, 62(4), 964-980.
- Boechat, I. T., Cabral, H. L. T. B., & de Souza, C. H. M. (2018). Relacionamentos Virtuais e Família: Enlaces Interculturais. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, 15(35), pp.141-164.
- Bozon, M. (2004). *Sociologia da sexualidade*. São Paulo: FGV Editora.
- Buss, D. M., & Shackelford, T. K. (1997). From vigilance to violence: mate retention tactics in married couples. *Journal of personality and social psychology*, 72(2), p.346.
- Bussab, WO & Morettin, PA.(2002). *Estatística básica*. São Paulo, Saraiva, 526 p.
- Campos, S. O., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. d. (2017). Transformações da conjugalidade em casamentos de longa duração. *Psicologia Clínica*, 29(1), pp.69-89.
- Castro, P.R.C.(2015). *Estudo Sobre Competências Comunicacionais na Intervenção Psicológica em casais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica

- apresentada a Universidade Fernando Pessoa. Porto. [Em linha]. Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/61020395.pdf>>.[Consultado em: 30/04/2019].
- Charoux, O.M.G.(2006). Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento. 2ª Ed. Revisada. São Paulo: DVS Editora.
- Cizil, M. J., & Beluco, A. C. R. (2019). As contribuições da terapia cognitivo comportamental no tratamento da depressão. *REVISTA UNINGÁ*, 56(S1), pp.33-42.
- Coelho, V. M. (2016). Como a psicologia sistêmica pode contribuir no processo terapêutico de casais em conflito. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 1(1), pp.86-104.
- Costa, C. B. d., Delatorre, M. Z., Wagner, A., & Mosmann, C. P. (2017). Terapia de casal e estratégias de resolução de conflito: Uma revisão sistemática. *Psicologia: ciência e profissão*, 37(1), pp.208-223.
- Costa, C.B., Cenci, C.M.B. & Mosmann, C.P. (2016). *Conflito Conjugal e Estratégias de Resolução: Uma revisão sistemática da literatura*. Temas em Psicologia, 24 (1), pp. 325-338.
- Costa, C. B. D., & Mosmann, C. P. (2015). Relacionamentos conjugais na atualidade: percepções de indivíduos em casamentos de longa duração. *Revista da SPAGESP*, 16(2), pp.16-31.
- Costa, L.F.; Penso, M.A., Leganani, V.N. & Sudbrack, M.F.O.(2009). As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito. *Revista Psicologia & Sociedade*, 21 (2), pp.233 -241.
- Cunha, P. (2006). A diversidade de práticas na relação entre gêneros, conflito e negociação. In: *Alguns considerados sobre a relação entre gênero, conflito e negociação em diferentes ambitos*. VI SNIP - Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Évora.
- Cunha, P. & Lopes, C. (2011). Cidadania na gestão de conflitos: a negociação na, para e com mediação. *Revista Antropológicas*, Portugal, 12, pp.38-43.
- Dela Coleta, M. F. (1989). *A medida da satisfação conjugal: adaptação de uma escala*. Psico, 18, 90-112.
- Delatorre, M.Z. 92015) *Conflito conjugal: evidências de validade do Conflict Resolution Behavior Questionnaire (CRBQ) e estilos de resolução de conflitos em casais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS.
- Di Osti, N. M., Sei, M. B., & Zanetti, S. A. S. (2016). Psicoterapia de casal em um serviço-escola de Psicologia: uma ilustração clínica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(3), pp.993-1012.

- Diniz-Neto, O., & Féres-Carneiro, T. (2005). Psicoterapia de Casal na pós-modernidade. *Estudos de Psicologia*, 22, pp.133-141.
- Feres-Carneiro, T. (1994). Diferentes abordagens em terapia de casal: uma articulação possível? *Temas em Psicologia*, 2(2), pp.53-63.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11 (2).pp.12.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), pp.367-374.
- Féres-Carneiro, T., & Diniz-Neto, O. (2008a). De onde viemos? Uma revisão histórico-conceitual da psicoterapia de casal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 24(4), pp. 487-496.
- Féres-Carneiro, T., & Diniz-Neto, O. (2008b). Psicoterapia de casal: modelos e perspectivas. *Aletheia*, pp. 173-187.
- Féres-Carneiro, T., Machado, R. N., Mello, R., & Magalhães, A. S. (2017). Práticas de nomeação nas relações familiares contemporâneas. *Revista da SPAGESP*, 18(1), pp. 4-19.
- Féres-Carneiro, T.; Ziviani, C. & Magalhães, A.S. (2011). Arranjos amorosos contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. In: Féres-Carneiro, T. (Org.) *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*, São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Ferreira, L. C., Narciso, I., & Novo, R. F. (2013). *Authenticity, work and change: A qualitative study on couple intimacy*. Families, Relationships and Societies, 2.
- Figueiredo, M. G., & Diniz, G. R. S. (2018). Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(60), 100-119.
- Fincham, F. D., Beach, S. R., & Davila, J. (2007). Longitudinal relations between forgiveness and conflict resolution in marriage. *Journal of Family Psychology*, 21(3),542-545. doi:10.1037/08933200.21.3.542.
- Fiorin, P., Patis, N.D. & Dias, A.C.G. (2011). *Reflexões sobre a mulher contemporânea e a educação dos filhos*. Sociais e Humanas, 24 (2), pp. 121 – 132.
- Fleury, H., & Abdo, C. (2016). Terapia de casal para superar disfunções sexuais. *Diagn Tratamento*, 21(1), pp.45-48.
- Flick, U. (2013). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.

- Giddens, A. (1993) *A transformação da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Goldenberg, M. (2001). Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), pp.46-53.
- Gonçalves, C. R. (2018). *Direito civil brasileiro: Direito de família* (Vol. 6). Rio de Janeiro: Saraiva.
- Gurman, A. S., & Fraenkel, P. (2002). The history of couple therapy: A millennial review. *Family Process*, 41, pp.199-260.
- Hironaka, G. M. F. N. (1999). Família e casamento em evolução. *Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre*, 1(1), 7-17.
- Jablonski, B. (2001). Atitudes frente à crise do casamento. Casamento e família: do social à clínica. In: Féres-Carneiro, T. *Casamento e família: do social à clínica* (pp. 81-95). Rio de Janeiro: Nau.
- Jacobson, N. S., & Christensen, A. (1996). *Integrated couple therapy: Promoting acceptance and change*. New York: Norton.
- JusBrasil. (2018). Namorados ou casados: Advogados listam alguns dos direitos de quem mora junto. *Revista Jusbrasil*. [Em linha]. Disponível em: <<https://examedaoab.jusbrasil.com.br/artigos/443617681/namorados-ou-casados-advogados-listam-alguns-dos-direitos-de-quem-mora-junto>>.[Consultado em: 22/02/2019].
- Kaslow, F., & Hammerschmidt, H. (1992). Long-term "good" marriages: the seemingly essential ingredients. *Journal of Couples Therapy*, 3(2/3), 15-38.
- Lopes, B. S. N. (2012). *Um olhar sobre as relações amorosas: satisfação conjugal, intimidade e satisfação sexual*. (Mestrado em Psicologia Clínica). São Paulo, Instituto Universitário.
- López, V. F. (2008). *Vínculo conjugal: entre o individualismo e a busca pelo outro*. Salvador: PUC-BA.
- Luz, S. K., & Mosmann, C. P. (2018). Funcionalidade e comunicação conjugal em diferentes etapas do ciclo de vida. *Revista da SPAGESP*, 19(1), 21-34.
- Machado, L. M. (2007). *Satisfação e insatisfação no casamento: os dois lados de uma mesma moeda?* (Mestrado em Psicologia), Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia.
- Machado, R. G., Sei, M. B., & Zanetti, S. A. S. (2016). Primeira experiência clínica em psicoterapia de casal e família: relatos de estudantes. *Argumentos Pró-Educação*, 1(1), 150-168.

- Machado, R. N., Mello, R., Dantas, C. R., & Moraes, J. (2018). Psicoterapia de casal: ambiguidade na demanda de tratamento e manejo clínico. *Vínculo-Revista do NESME*.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2007). Transmissão psíquica geracional: Um estudo de caso. *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação*, 341-364.
- Marinho, S. (2018). O tempo de residência e de contacto com a criança após divórcio ou separação: experiências de mães e de pais. *Sociologia, Problemas e Práticas*(87), 87-107.
- Mendes-Campos, C., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2016). Intimidade e extimidade virtual na conjugalidade contemporânea. *Interação em Psicologia*, 19, p. 407-416.
- Minuchin, Salvador. 1982. Famílias: funcionamento & tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Monteiro, A. M. (2001). Avanços no estudo da conjugalidade: os casais de dupla carreira. *Psicologia: ciência e profissão*, 21(3), 10-19.
- Moreno, J. L. (1997). *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix.
- Mosmann, C. P., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2006). *Qualidade conjugal: Mapeando conceitos*. Paidéia, 35, 315-325.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2), 5-16.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de ler.
- Neto, O. D., & Féres-Carneiro, T. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: marcadores e preditores. *Interação em Psicologia*, 14(2).
- Norgren, M. d. B. P., Souza, R. M. d., Kaslow, F., Hammerschmidt, H., & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de psicologia*, 9(3), pp.575 - 584.
- Oliveira, C. B. E. d., & Araújo, C. M. M. (2010). A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de psicologia*, 27(1), 99-110.
- Orbuch, T. L., Veroff, J., Hassan, H., & Horrocks, J. (2002). Who will divorce: A 14-year longitudinal study of black couples and white couples. *Journal of Social and Personal Relationships*, 19(2), 179-202.

- Ozório, C. D., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2017). Casamento dos pais e conjugalidade dos filhos: do modelo tradicional ao contemporâneo. *Pensando famílias*, 21(1), 20-32.
- Perlin, G., & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? *Psicologia Clínica*, 17(2), 15-29.
- Peck, J. S., & Manocherian, J. (2001). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar (M. A. V. Veronese, Trad.). In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*(pp. 291-320). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Pires, A. S. R. (2008). *Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental*. Mestrado Integrado em Psicologia, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Prado, D. (2017). *O que é família*. Brasília: Brasiliense.
- Raposo, H. S., de Carvalho Figueiredo, B. F., do Vale Lamela, D. J. P., Nunes-Costa, R. A., Castro, M. C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Archives of Clinical Psychiatry*, 38(1), 29-33.
- Relvas, A. & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*.Coimbra: Quarteto.
- Reis, A. H., Brito, M. S., Simioni, P., Benedetti, T. B., & Neufeld, C. B. (2017). Gerenciamento da renda familiar por jovens casais. *Pensando famílias*, 21(2), 28-44.
- Ribeiro, C. G., Santos Barreto, L. M., Maia, A. S., Silva, J. S., Silva, J. V. F., Souza, J. V. E. L., Gurgel, T. M. (2016). Representações sociais do casamento: um estudo intergeracional. *Revista Ágora*, Vol. 22, 298-315.
- Riveiro, C. (2009). Psicologia Sistêmica. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias*. São Paulo.
- Rosset, S. M. (2004). *O casal nosso de cada dia*. Curitiba, Editora Sol.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lúcio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre: Penso.
- Santos, F. A. (2016). *Competências de assertividade na relação íntima*. (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde), Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Schabbel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. *Psicologia: teoria e prática*, 7(1).
- Scheeren, P., Delatorre, M. Z., Neumann, A. P., & Wagner, A. (2015). O papel preditor dos estilos de apego na resolução do conflito conjugal. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro. Vol. 15, n. 3 (2015), p. 835-852.

- Schwarzstein, S. M. d. S., & Barros, N. V. (2018). A Longa Jornada Social das Mulheres do Espaço Privado ao Público. *Sociedade em Debate*, 24(2), 137-160.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. d. (2010). Satisfação conjugal: revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Vol. 26, 525 - 532.
- Severino, A.J.(2016). *Metodologia do Trabalho Científico*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo : Cortez.
- Silva, A. P. M., & Paro, E. (2018). A terapia de casais com base na abordagem cognitivo-comportamental. *Simpósio de Produções Acadêmicas em Psicologia do Univag*.
- Singly, F. de (2000). O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. Em C. Peixoto, F. de Singly & V. Cicchelli (Orgs.), *Família e individualização* (pp.13-19). Rio de Janeiro: FGV.
- Spanier, G. B., & Lewis, R. A. (1980). Marital quality: A review of the seventies. *Journal of Marriage and the Family*. Vol. 42, p. 825-839.
- Stürmer, T. R., Marin, A. H., & Oliveira, D. S. d. (2016). Compreendendo a estrutura familiar e sua relação com a parentalidade: relato de caso de um casal em terapia de abordagem sistêmica. *Rev. Bras. Psicoter.(Online)*, 18(3), 55-68.
- Tavora, M.T. (2004). Critérios para avaliação e acompanhamento da terapia de casal. *Psicologia Revista*, 13, 2, 71-88.
- Trost, J. (1995). O processo de formação da família. In J. G.-P. M. F. Patricio (Ed.), *Bebé XXI: criança e família na viragem do século* (pp. 55-67). Lisboa:: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vandenberghe, L. (2006). Terapia comportamental de casal: uma retrospectiva da literatura internacional. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(2), 145-160.
- Vieira, S. R. P. (2016). *A satisfação conjugal, a personalidade e a satisfação com a vida na conjugalidade*. Dissertação de Mestrado. [Em linha]. Disponível em:< <http://recil.ulusoфона.pt/bitstream/handle/10437/7147/DISSERTA%C3%83O%20SORAIA%20VIEIRA%20COM%20JURI.pdf?sequence=1>>.[Consultado em:10/01/2019].
- Wachelke, J. F. R., Andrade, A. L. d., Cruz, R. M., Faggiani, R. B., & Natividade, J. C. (2004). Medida da satisfação em relacionamento de casal. *Revista de Psicologia USF*, Vol. 9, pp.11-18.
- Wachelke, J. F. R., de Andrade, A. L., Souza, A. M., & Cruz, R. M. (2007). Estudo complementar da validade fatorial da Escala Fatorial de Satisfação em

Relacionamento e predição de satisfação global com a relação. *Revista de Psicologia USF, Vol.12, pp. 221-225.*

- Wachelke, J. F. R. (2007). *Efeitos de instruções de questões abertas na ativação de elementos de representações sociais*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Wagner, A.& Mosmann, C. (2006). Intervenção na conjugalidade: estratégias de resolução de conflitos conjugais. In: Baptista, M. N.; Teodoro, M. L. M. *Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenções*. Porto Alegre: Artmed.
- Wagner, A. & Grzybowski, L.S.(2014). Como os filhos percebem o relacionamento conjugal de seus pais? In: Arpini, D.M.& Cúnico, S.D. (Orgs.). *Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos* (pp. 39-53). Curitiba, CRV.
- Weiss, RL., & Heyman, R. (1997). Couple interaction. In WK. Halford, & HJ. Markman (Eds.), *Clinical handbook of marriage and couples intervention* (pp. 13-41). New York: Wiley.
- Weiss, L. Pereira, C.R.R.; Hutz, C.S. & Lopes, R.D.C. (2010). *O efeito da coabitação na satisfação conjugal*. *Pensando Famílias*, 14 (2) , pp. 99-119.
- Willi, J. (1995). A construção diádica da realidade. In M. Andolfi, C. Angelo & C. Saccu (Orgs.), *O casal em crise* (pp. 15-27). São Paulo: Summus.
- Yin, R. (2016). *Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim*. Porto Alegre: Penso.
- Zappe, J. G., Yunes, M. A. M., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes: Impacto do status socioeconômico e da institucionalização. *Revista Pensando famílias, Vol.20, pp. 83-98.*
- Ziviani, C. (2005). Sintaxe subjacente a atitudes e percepções entre cônjuges. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Família e Casa: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio. pp. 58-93.
- Zuanazzi, A. C., & Sei, M. B. (2014). Psicoterapia familiar psicanalítica: reflexões sobre os fenômenos transferenciais e contratransferenciais em um serviço-escola de psicologia. *Vínculo-Revista do NESME, Vol.1, pp.16-24.*

ANEXOS

Anexo A – Parecer da Comissão de Ética

Anexo B – Declaração do Professor

DECLARAÇÃO DE ORIENTADOR

Pedro Fernando Santos Silva da Cunha, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Porto, declara, para os devidos efeitos, que tem conhecimento dos objetivos do projeto de Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde que o aluno Fabiano Moura de Moura se encontra a desenvolver sob a minha orientação.

Nesse sentido, declaro que estou de acordo com a estrutura do trabalho apresentada pelo orientando e que a mesma irá preservar a confidencialidade e o anonimato dos participantes na investigação.

Melhores cumprimentos,



Prof. Doutor Pedro Cunha

Professor Associado com Agregação

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa

Anexo C – Solicitação para Investigação

Exmo/a Sra. Karina Simões Moura de Moura - CRP 13/3617

Especialista Psicóloga Clínica Diretora do Centro de Psicologia Integrada

Assunto: Solicitação de autorização para a investigação

O meu nome é Fabiano Moura de Moura, sou graduado em Psicologia e neste momento, encontro-me a frequentar o 2.º ano de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade Fernando Pessoa em Porto-PT, sob coordenação do Professor Doutor Pedro Cunha. O segundo ano do mestrado é constituído pela dissertação, sendo que irei desenvolver o seguinte tema: SEPARAÇÃO DE CASAL: entre a satisfação conjugal e a separação judicial.

Atendendo uma solicitação da Comissão de Ética da UFP, venho por este meio deste, solicitar a sua autorização para começar o processo investigativo que tem como objetivo analisar por que as pessoas insatisfeitas com a relação conjugal permanecem ou permaneceram casadas por mais de seis meses.

Mais informo que guardaremos o sigilo referente a todos os envolvidos na amostra, bem como o respeito à ética que permeia na reunião das informações dadas pela entrevista.

Agradeço desde já a melhor atenção que possa dar a este assunto e encontro-me disponível para prestar os esclarecimentos que entenda necessários, deixando assim o meu contacto telefónico (55 83 99990-0123).

Os meus melhores cumprimentos,

Fabiano Moura de Moura

Anexo D - Autorização para a Investigação

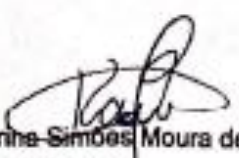
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Karina Simões Moura de Moura, psicóloga clínica, com consultório situado à Av. Ingá, 918, Manaira, João Pessoa- Brasil, com registro no Conselho Federal de Psicologia CRP 13/3617, CPF número 027560744-54 **AUTORIZO** Fabiano Moura de Moura RG 1096338-SSP/PB, CPF 645833254-87, psicólogo clínico a realizar entrevista e aplicar questionário com os pacientes que atendo em meu consultório de psicologia e que livremente se dispuserem a participar realização do Projeto de Pesquisa **SEPARAÇÃO DE CASAL: ENTRE A SATISFAÇÃO CONJUGAL E A SEPARAÇÃO JUDICIAL**, que tem por objetivo primário analisar por que as pessoas insatisfeitas com a relação conjugal permanecem casadas ou permanecem casadas por mais de seis meses.

O pesquisador acima qualificado se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20 e as normas portuguesas dispostas pelo órgão de ética.

João Pessoa, 30 de Janeiro de 2019.


Karina Simões Moura de Moura
CRP 13/3617

Karina Simões C. Moura
Psicóloga Clínica Comportamental
Especialista em Psicologia da Saúde (LCSM)
Especialista em Psicologia da Saúde (LCSM)
Membro do IAPIC
CRP 13/3617 CPF 027 560 744-54

Anexo E – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Considerando a “Declaração de Helsínquia” da Associação Médica Mundial (Helsínquia 1964, Tóquio 1975, Hong Kong 1989, Somerset West 1996 e Edimburgo 2000)

SEPARAÇÃO DE CASAL: entre a satisfação conjugal e a separação judicial

Eu, abaixo-assinado, _____

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da minha participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que, de acordo com as recomendações da Declaração de Helsínquia, a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos e, se ocorrer uma situação de prática clínica, os benefícios previstos, os riscos potenciais e o eventual desconforto. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Por isso, consinto que me seja aplicado o método ou o tratamento, se for caso disso, proposto pelo investigador.

Data: ____/____/____

Assinatura do participante: _____

O Investigador responsável:

Nome: Fabiano Moura de Moura

Assinatura: _____

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

Anexo F– Questionário



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Fabiano Moura de Moura

TEMA: **SEPARAÇÃO DE CASAL: entre a satisfação conjugal e a separação judicial**

Normas da Pesquisa Acadêmica

- 1) A presente pesquisa visa a fins unicamente acadêmicos, não sendo realizada para fins de pesquisa de mercado ou afins;
- 2) O participante deverá participar dessa pesquisa por livre e espontânea vontade. Qualquer tipo de coação, se descoberta posteriormente, invalidá-la-á automaticamente;
- 3) O resultado da pesquisa estará à disposição dos inquiridos para uma posterior consulta no centro acadêmico da referida instituição.

(Questionário dirigido às pessoas insatisfeitas com a relação conjugal que permanecem ou permaneceram casadas por mais de seis meses)

PARTE I – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS INQUIRIDOS

Iniciais: _____

Questão 01) Idade

- ☐ ≤ 20
- ☐ 21 – 25
- ☐ 26 – 30
- ☐ 31 – 35
- ☐ 36 – 40
- ☐ ≥ 41

Questão 02) Género

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

Questão 03) Qual é o seu Estado Civil?

- ☐ Solteiro (a)
- ☐ Casado (a)/ União estável
- ☐ Divorciado (a)/ Separado (a)
- ☐ Viúvo (a)
- ☐ Outro: _____

Questão 04) Qual é a sua profissão? _____

Questão 05) Tempo de Casamento?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ Entre 1 a 3 anos.
- ☐ Entre 3 a 5 anos.
- ☐ Entre 5 a 10 anos
- ☐ Mais de 10 anos

PARTE II – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS INQUIRIDOS

Questionário 1 (Pessoas casadas insatisfeitas com a relação)

- 1 – Você pode identificar as razões que te fazem permanecer casado/a mesmo diante da insatisfação?
- 2 – Como você poderia se definir como se sente vivendo casado/a desta forma?
- 3 – Você entende que essa é a melhor decisão? Por quê?

Questionário 2 (Pessoas separadas que permaneceram insatisfeitas com a relação por mais de seis meses)

- 1- Você pode identificar as razões que te fizeram permanecer casado/a por mais de seis meses insatisfeito/a?
- 2- Como você define esse tempo?
- 3- Você entende que a decisão em separar-se foi a melhor decisão?

Questionário 2 (Pessoas separadas que permaneceram insatisfeitas com a relação por mais de seis meses)

- 1- Você pode identificar as razões que te fizeram permanecer casado/a por mais de seis meses insatisfeito/a?
- 2- Como você define esse tempo?
- 3- Você entende que a decisão em separar-se foi a melhor decisão?

